

Cícero Costa Villela

**Os “Anões do Orçamento” e o “Mensalão” na *Folha de São Paulo*:
Uma Leitura Discursiva dos Escândalos Políticos**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção de Grau de Bacharel em
Comunicação Social na Faculdade de
Comunicação Social da UFJF

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto
Figueira Leal

Juiz de Fora
Outubro de 2012

Cícero Costa Villela

Os “Anões do Orçamento” e o “Mensalão” na Folha de São Paulo: Uma Leitura Discursiva dos Escândalos Políticos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de Grau de Bacharel em Comunicação Social na Faculdade de Comunicação Social da UFJF

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 22/10/2012 pela banca composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal (Orientador)

Prof. Dr. Wedencley Alves Santana (Convidado)

Profa. Dra. Iluska Coutinho (Convidada)

Conceito Obtido: _____

Juiz de Fora
Outubro de 2012

Dedicatória:

Para minha mãe e meu irmão. Obrigado pelo apoio, carinho e compreensão.

Agradecimentos:

Agradeço primeiramente a Deus. À minha mãe, meu irmão, meu pai, a Ana e ao Paulinho que sempre me apoiaram e tornaram os pesos da vida um pouco mais leves pra mim.

Ao melhor quarteto de amigos que a vida universitária me trouxe. Obrigado, Marco Túlio, Felipe Zschaber, Jefferson Nascimento e João Henrique pelas conversas, pelos “gordurosos” nas noites de quinta, pelas histórias, pelas chopadas, enfim pela amizade que sempre haverá entre nós.

Aos meus eternos irmãos: João Paulo, Marcony, Vinícius Lara, Gabriel Barcellos e Rodrigo Reis. Sem vocês eu jamais teria conseguido chegar até aqui.

Aos F.R.I.E.N.D.S.: Alyssa, Dalyan, Tharcy, Lucas e Thierre, por tornarem a minha vida mais doce, por me ensinarem o valor da amizade e por tornar os momentos juntos inesquecíveis. Vocês são peças fundamentais da minha vida

Aos amigos que me inspiraram a ser um ser humano e um profissional melhor: Mário Braga, Vinícius Werneck e Rafael Ghromann, obrigado pelas conversas inspiradoras, pelas parcerias e pela amizade.

Ao Arísio, ao Léo Lina, ao Gabriel Garcia, ao Waldyr, ao Juliano, ao Mário Machado e ao Abel, pela amizade, pelas conversas, enfim por serem quem são e tornarem a minha vida ainda melhor.

Aos meus amigos professores: Weden e Paulo Roberto. Muito obrigado pela ajuda, pelas ideias, por terem me tornado um aluno e uma pessoa melhor. Vocês são pessoas nas quais eu inspiro para ser cada dia melhor.

As pessoas que me acolheram na Facom: Alice Bettencourt, Analu Pitta e Cleiton Ribeiro. Obrigado pelas conversas, por aturarem minhas piadas, pelas risadas, enfim por estarem por perto em todos os momentos.

Aos PETs-UFJF pela oportunidade de crescimento e por me ensinarem o valor da mobilização e do trabalho em conjunto.

Ao PET-Facom por TUDO! Agradeço todos os dias ter podido fazer parte de um projeto como o PET. Devo muito a todas as pessoas com quem dividi aquela sala, há um pouco de cada um de vocês nesse trabalho: Chico Pimenta, Potiguara Mendes, Caio Cardoso, Paloma Destro, Gabriel Brisola, Rafael Melo, Bruna Stevaninn, Ana Clara, Ludmilla Fonseca, Marina Alvarenga, Rodrigo Silva, Jéssica Ribeiro, Ingrid Hannah, João Vallo, Anamaíra, Livinha, Fram e tantos outros. Tem um pouquinho de cada um de vocês nessa monografia.

Epígrafe:

“Mas o burguês não aprecia nada tanto quanto seu eu (um eu na verdade rudimentarmente desenvolvido). À custa da intensidade consegue, pois, a subsistência e a segurança; em lugar da posse de Deus cultiva a tranquilidade da consciência; em lugar do prazer, a satisfação; em lugar da liberdade, a comodidade; em lugar dos ardores mortais, uma temperatura agradável. O burguês é, pois, segundo sua natureza, uma criatura de impulsos vitais muito débeis e angustiosos, temerosa de qualquer entrega de si, fácil de governar. Por isso colocou em lugar do poder a maioria, em lugar da autoridade a lei, em lugar da responsabilidade as eleições”.

Hermann Hesse in “O Lobo da Estepe” p.63

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo estudar as relações de poder entre os campos do jornalismo e político e como elas se materializam nas matérias jornalísticas. Busca-se apontar as possibilidades teóricas de que o conceito de escândalo político (Thompson, 2002) seja utilizado para a compreensão do discurso jornalístico. Com isso, supõe-se que escândalo não deve ser tratado como uma anomalia, mas como algo que se faz presente no próprio discurso que o campo jornalístico produz sobre suas próprias práticas. A partir da constatação de que a mídia é fator central para a compreensão do jogo político contemporâneo, discute-se o processo de construção discursiva dos escândalos. A partir da análise do discurso das coberturas feitas pela *Folha de São Paulo* sobre os casos conhecidos como “Anões do Orçamento” e “Mensalão”, pretende-se evidenciar os padrões linguísticos-discursivos que formam aquilo que se convencionou chamar de “efeito escândalo”, bem como as formações discursivas que possibilitam a produção de tal efeito de sentido.

Palavras-Chave: Análise de Discurso; Comunicação Política; Jornalismo

Sumário:

1 – Introdução:

O presente trabalho de conclusão de curso nasce de uma inquietação. Ao acompanhar o noticiário político diário, sempre nos deparamos com inúmeros casos de escândalos envolvendo as personalidades do mundo público. Escândalos de corrupção, sexuais, conversas de bastidores que vazam para os meios de comunicação - sempre ocupados em revelar as regiões de fundo do campo político. A pergunta que poderia ser feita é: por que o escândalo vem se tornando cada vez mais comum no noticiário político?

A primeira possibilidade de resposta seria pensarmos o processo de espetacularização das coberturas de eventos políticos (GOMES, 2004), e de como a lógica do espetáculo atual afeta o campo político. Como consequência desses pressupostos teóricos, a resposta residiria no fato de que a política contemporânea consiste num processo de construção e de administração da imagem, de que os atores políticos estão preocupados em produzir aparências e de que os partidos são, cada vez mais, apêndices institucionais a serviço de lideranças.

Nesse sentido, as coberturas de escândalos seriam a manifestação desse fenômeno no jornalismo político: cada vez mais voltadas para a vida pessoal e menos para a atuação política dos atores desse campo. Essa resposta, contudo, gera novos questionamentos - se é fácil entender a tendência de personalização em funções uninominais (presidente, governadores, prefeitos), como isso se daria em instituições políticas colegiadas, compostas por centenas de membros?

Mais especificamente, como se dão as coberturas jornalísticas dos eventos relacionados ao Congresso Nacional? Mesmo lá, numa instituição que congrega 513 deputados e 81 senadores, haveria uma prevalência de enquadramentos personalizados? A lógica do escândalo seria o viés preferencial?

Para responder a essas questões, é necessário estudarmos o conceito de escândalo político, como condição prévia ao entendimento das coberturas jornalísticas propriamente ditas. Se a mídia alterou a forma de se fazer política, sobretudo por ter se tornado fundamental para a visibilidade dos atores políticos - assessores, marqueteiros e jornalistas passaram a gerenciar a visibilidade pública dos atores políticos (GOMES, 2004) – em que medida a imbricação entre comunicação e política produziu efeitos relacionados também à lógica do escândalo e à lógica da personalização?

Como pressuposto, considera-se aqui que a lógica do escândalo não é somente um efeito de questões macro-políticas, mas também da própria estrutura do campo do jornalismo e de suas relações de poder com o campo político. Essas relações de poder se materializam em discursos que atravessam os textos publicados. Daí, a natureza de nosso questionamento nos ligar diretamente as questões levantadas pela Análise de Discurso (ORLANDI, 2005).

A resposta à pergunta “como o escândalo político é produzido?” deve levar em conta não apenas as questões sociológicas e políticas da relação de poder entre os campos, mas deve ir além e perceber como as matérias de jornais materializam essa relação e de como elas são atravessadas pela(s) ideologia(s) do campo jornalístico. Nesse sentido, devemos considerar a produção dos efeitos de sentido sobre o campo político.

Para tentarmos responder a essa pergunta, nos deteremos na análise da cobertura feita pela “Folha de São Paulo” de dois escândalos que tiveram visibilidade na república: os “Anões do Orçamento” - ocorrido em outubro de 1993, e o “Mensalão”, divulgado em Maio de 2005.

O trabalho está dividido em três partes: no primeiro capítulo, tratamos do processo de disputa simbólica entre jornalismo e política, enfocando o processo de autonomização relativa do campo midiático em relação ao campo político. Nesse capítulo, tentamos mostrar como o contexto contemporâneo é espaço de disputa de poder constante entre os campos.

No segundo capítulo, exploramos questões relativas ao processo produtivo e as condições de produção das matérias jornalísticas. Esse estudo nos permite enxergar de dentro o funcionamento da(s) ideologia(s) do jornalismo e de como ela se confronta com o político.

No último capítulo, passamos para a análise dos escândalos políticos, na tentativa de perceber como as relações de poder entre os campos se materializa nos textos da Folha de São Paulo. Além disso, estamos preocupados em saber como se produz um “efeito escândalo” nas matérias do jornal.

Capítulo 2 – Mídia e Política: A Visibilidade Pública em Questão

O surgimento e o desenvolvimento dos meios de comunicação, entre os séculos XVII e XX, trouxe consigo alterações na própria estrutura da política, sobretudo nas questões que se referem à visibilidade pública dos eventos e dos agentes deste campo. O processo de aprofundamento e complexificação da relação entre mídia e política pode ser descrito por meio de três modelos que se sucedem na História. (GOMES, 2004) É importante ressaltar que, apesar destes modelos se sucederem historicamente, eles não desaparecem por completo para dar lugar a outro, eles perdem sua proeminência (GOMES, 2004)

Quero indicar com ‘modelo’ precisamente um conjunto de práticas instituídas, de costumes e de habilidades que formam um padrão social, embora saiba que padrões em geral correspondem às épocas e respondem a circunstâncias históricas. (...) suponho que modelos diferentes podem conviver no interior de uma mesma sociedade (GOMES, 2004, p.45)

A partir do conceito de modelo nos deteremos na análise da passagem da comunicação de ‘meios’ (aqui entendidos apenas como dispositivos técnicos para a passagem de mensagens) para ‘mediações’ (entendidos como campos relativamente autônomos que negociam a presença ou ausência de determinados conteúdos em seu interior). Essa proposta de Gomes (2004) será útil para traçarmos um percurso histórico das relações entre mídia e política, colocando como elemento central dessa relação a questão da visibilidade pública.

Antes de nos determos no processo histórico de transformação da visibilidade, precisamos conceituar alguns elementos que estão na base dessa discussão. Falaremos, inicialmente, na discussão acerca dos conceitos de Campo Social e Poder Simbólico. Ambos, provenientes da sociologia de Pierre Bourdieu (1989). Esses conceitos serão importantes para

percebermos as relações de poder entre os campos. Em um segundo momento, relacionaremos os conceitos ao processo de surgimento e mudança da Esfera Pública (HABERMAS, 2003), enfocando sempre a visibilidade como elemento de maior relevância na discussão.

Acreditamos que a relação das propostas de Habermas (2003) e Bourdieu (1989) está na base das discussões de Gomes (2004) sobre o processo de autonomização do campo midiático em relação à política. Isso justifica o fato de conceituarmos os termos antes de entrarmos na discussão de fato.

2.1– Campo e Poder Simbólico

Conceituar Campo e Poder Simbólico é tarefa imprescindível na tentativa de dar conta das relações entre mídia e política, sobretudo naquilo que nos interessa neste trabalho que são os escândalos políticos. Estes conceitos estão fortemente marcados por uma concepção de poder que não se baseia somente em grandes estruturas, como o Estado, mas diz respeito às relações sociais produzidas na sociedade de uma forma geral.

O poder não se dá somente na capacidade de exercer coerção que é monopolizado pelo Estado. (WEBER, 2000) Ele se dá também na forma de se construir uma percepção pública de determinados eventos e atores, ou seja, há poder nas palavras e nas enunciações, ou, como prefere Bourdieu, nos “sistemas simbólicos” (BOURDIEU, 1989, p.9).

Os “sistemas simbólicos” são instrumentos de conhecimento e comunicação. São ao mesmo tempo estruturantes do poder simbólico, ao servirem de base para a enunciação, assim como são estruturadas por esses mesmo sistemas de poder. Podemos então definir o Poder Simbólico em relação aos “sistemas simbólicos”. “O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)”. (BOURDIEU, 1989, p.9).

Podemos afirmar então que o poder simbólico é algo que coloca em disputa a capacidade de definir a realidade que nos rodeia. Já que, como afirma Regina Lima (2010) ao comentar Bourdieu.

O poder simbólico, segundo ele, é o poder de manter ou subverter a ordem, poder que é reconhecido pela crença na legitimidade das palavras e daqueles que as pronunciam. Poder que dá a capacidade de construção dos fatos de poder impor-se, e de impor significados no mundo. Poder simbólico: esse poder invisível que pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (LIMA, 2010, p.49-50)

Ao se utilizar do conceito de Bourdieu, Thompson (2000) tenta trazer essas discussões para o âmbito da relação mídia e política. Ele afirma que o poder simbólico é algo que está em disputa, sobretudo a partir do momento em que o controle sobre a informação passa a ser disputado por um campo que, ao menos em seu discurso de autolegitimação, é, inicialmente, hostil à política. Esse controle não se resume ao acesso a informação, mas também no “monopólio” dos meios técnicos de transmissão e arquivamento destas informações. Além de incluir as competências técnicas e as formas de conhecimento empregadas na produção. (THOMPSON, 2000, p.131)

Podemos definir com mais fidelidade o conceito de Poder Simbólico da seguinte forma:

O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isso significa que o poder simbólico não reside nos ‘sistemas simbólicos’ em forma de uma ‘illocutionary force’ mas que se define numa relação determinada – e por meio desta- entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença*. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia. (BOURDIEU, 1989, p.14-15)

O poder simbólico, portanto, está relacionado às estruturas de poder que são construídas dentro de campos, ou entre eles. Torna-se então importante completar a conceituação com a noção de campo. Ambas serão fundamentais para nossas análises, já que

consideramos que o poder simbólico é algo disputado por diferentes campos na tentativa de se tornar dominante nas representações aceitas na sociedade.

Podemos conceituar campo como um espaço estruturado de posições que são determinadas pelas relações objetivas estabelecidas entre os agentes. A estrutura de poder no campo é determinada pelo poder simbólico que eles são passíveis de acumular, a esse acúmulo chamamos de Capital Simbólico. De maneira mais precisa podemos definir capital simbólico como as habilidades e as competências que os agentes desenvolvem dentro do campo, no qual estão inseridos. Ele está ligado à acumulação de prestígio, reconhecimento e respeito atribuída a certos agentes ou instituições. (THOMPSON, 2000, p, 132) Esse acúmulo somado ao reconhecimento da legitimidade das palavras de determinados agentes diz a posição ocupada pelo mesmo no campo.

O campo é capaz de dizer aquilo que será valorizado pelos seus membros, a criar uma perspectiva de mundo, uma forma de se valorizar e representar o mundo social. Contudo, essa possibilidade de dizer o que é relevante, enfim, de estabelecer as *regras do jogo* é algo que está em disputa interna no campo. “O conhecimento do mundo social e, mais precisamente, as categorias que o tornam possível, são o que está, por excelência, em jogo na luta política”. (BOURDIEU, 1989, p.142)

Contudo, os campos não se constroem apenas em uma disputa interna, eles estão inseridos no mundo social e disputam entre si a possibilidade de representar legitimamente a sociedade. Há uma dimensão relacional entre os campos, com isso queremos afirmar que não há autonomia plena dos campos. Portanto, pensar a partir da noção de campo é pensar relacionalmente.

Acreditamos que essa luta entre campos é a questão de fundo mais relevante sobre nossa pesquisa acerca dos escândalos políticos-midiáticos. É na inter-relação entre mídia e política que esses fenômenos acontecem. É nesse espaço de disputa pelo “poder simbólico” de

designar os elementos do mundo social que reside o conflito pelo domínio da visibilidade pública. Dados estes conceitos, podemos agora partir para traçar o histórico das transformações da política após o advento dos meios de comunicação.

2.2– O Surgimento da Esfera Pública

Ao falarmos de Esfera Pública (HABERMAS, 2003) estamos necessariamente nos remetendo a um conceito que já vem se tornando clássico para os estudos de comunicação e política. A escolha se deve a proposta analítica que adotamos baseada nas ideias de Wilson Gomes (2004), conforme explicitamos no início deste capítulo.

A ascensão da Esfera Pública burguesa e todo o seu aparato institucional, situada entre os séculos XVII e XVIII, é parte do primeiro modelo proposto por Gomes (2004). Momento em que a relação entre mídia e política se dá com a instrumentalização de uma por outra. Há nesse momento uma forte imprensa combativa ao poder absolutista. Na verdade, podemos afirmar que a constituição de um campo político na burguesia ascendente é concomitante ao surgimento do campo midiático, já que este se constitui como uma instituição da Esfera Pública.

O surgimento desta categoria da sociedade burguesa se dá, sobretudo, no momento de urbanização e de predomínio econômico da burguesia. Contudo, mesmo tornando-se hegemônica economicamente, esta classe ainda se encontrava apartada das definições políticas que ainda eram tomadas em segredo de Estado pelo Rei soberano. Nesse sentido, para nos utilizarmos dos termos *habermasianos*, os burgueses controlavam o fluxo econômico de mercadorias, de domínio privado, sem controlar as definições do Estado, de domínio público. O conceito de Público, nesse contexto, é reduzido aos membros da corte nos Estados absolutistas.

Habermas vai nos mostrar que a Esfera Pública começa exatamente em um domínio privado, já que para manterem-se em contato para troca de mercadorias, os burgueses necessitavam de informação acerca de preços e disponibilidade comercial.

Com a expansão do comércio, o cálculo comercial orientado pelo mercado, precisava, de modo mais frequente e exato, de informações sobre eventos espacialmente distanciados. Por isso, a partir do século XIV, a troca antiga de cartas comerciais foi transformada numa espécie de sistema cooperativo de correspondência. As associações comerciais organizaram, a serviço de seus interesses, os primeiros correios ordinários. As grandes cidades comerciais são, ao mesmo tempo, centros de trocas de informações. (...) Mais ou menos contemporâneos ao surgimento das bolsas, o correio e a imprensa institucionalizam contatos permanentes de comunicação. (HABERMAS, 2003, p. 29)

Dessa forma, podemos perceber que o início de uma esfera eminentemente pública se dá pelo contato entre pessoas privadas. E que, a expansão desses contatos e a necessidade de se impor algum tipo de previsibilidade nas trocas de mercadorias, faz com que as relações comerciais comecem a se tornar fundamentais para a consolidação da Burguesia enquanto classe.

As relações econômicas estabelecidas entre os comerciantes servem de base para a construção de valores, de ideologias que servirão para a disputa política com o poder Absolutista. Segundo Correia: “A esfera pública, tal como irá se consolidar no século XVIII, resulta da associação das pessoas privadas que, no limite, aspiram a modelar o agir político”. (CORREIA, 1998, p.22)

Esse sistema privado de comunicação da burguesia só começa a ganhar força no momento de solidificação dos Estados Nacionais. É por volta do século XVI, momento em que o sistema de economia feudal perde força vertiginosamente. Há uma profunda mudança no caráter das trocas de mercadorias, o que, segundo Habermas (2003), será revolucionário na estrutura de produção e no Estado. É o momento de centralização de poder nas mãos de um monarca, que mantinha o privilégio a algumas classes, excluindo do setor privilegiado a Burguesia.

Os valores que moviam esse campo político do Estado Absolutista estavam calcados no segredo, na obscuridade do poder e de suas definições. Além disso, ele adquire também obrigações econômicas. “O Estado moderno é essencialmente um estado de impostos, a administração financeira é o cerne de sua administração” (HABERMAS, 2003, p.31)

Essas novas relações alteram o caráter de público e privado. Público se torna tudo o que se refere ao Estado e este detém o monopólio legítimo do uso da força. Privado passa a ser tratado como o âmbito da individualidade, da família e das trocas comerciais. Pode-se perceber um ganho de poder enorme por parte do Estado e uma exclusão sistemática da Burguesia das esferas de poder. Ela que detinha o domínio das trocas comerciais.

Com isso, como contrapeso ao poderio do Estado e pela necessidade de a Burguesia se legitimar enquanto classe produtiva constitui-se a sociedade-civil. A sociedade-civil surge como reação à sociedade-política. A sociedade política é dominada pelo Estado e a civil pelas relações sociais e econômicas entre indivíduos. As trocas comerciais, que até o momento eram restritas ao âmbito da economia doméstica, passam a ter relevância pública. (HABERMAS, 2003, p.33)

A esfera da política, ou daquilo que afeta e concerne a todos, é a esfera pública, parte da vida humana que se destaca sobre um fundo constituído pela esfera privada, que é a esfera de posse pessoal de bens e pessoas, de unidade familiar em cuja cabeça estava o senhor da casa. Sustentados em sua autonomia privada, os varões podiam emergir para a esfera dos negócios relacionados à comunidade política, domínio da visibilidade, âmbito das decisões sobre o que é comum, esfera da conversação. (GOMES, 2008, p.33)

Com o advento da sociedade-civil, a Burguesia passa a orientar suas trocas de maneira mais aberta, dando certa transparência a suas ações. Altera-se assim o caráter da economia, esta deixa de ser restrita a casa, às relações privadas. A economia moderna que advém do surgimento da sociedade-civil tem caráter comercial. Não mais a casa como local das trocas, mas o mercado.

Com isso, os sistemas de comunicação, de troca de cartas e informações, saem das sombras de uma esfera privada para adentrar em um setor público de trocas comerciais. Essa nova configuração dos sistemas informativos logo servirão para a luta política contra as sombras do poder absoluto do Rei.

Dentro dessa ordem política e social, reestruturada durante a fase mercantilista do capitalismo (cuja nova configuração já se expressa em grande parte no fato de que nela se separam os momentos próprios do político e do social), agora também o segundo elemento do sistema de trocas pré-capitalistas desenvolve uma peculiar força explosiva: a imprensa. Em sentido estrito, os primeiros jornais por ironia também chamados de ‘jornais políticos’ (...) os jornais políticos não existem para os comerciantes, mas, pelo contrário, os comerciantes é que existem para os jornais. (HABERMAS, 2003, p.34)

Os jornais são, portanto, a materialização da luta pelo poder empreendida pela burguesia contra o poder absoluto. Ele nasce, não apenas dessa nova configuração social e econômica, mas da ideologia burguesa, da ideologia das “luzes”. Eles deixam de ser as cartas privadas, para se tornarem instrumentos de intervenção pública, instrumentos de combate à ordem existente, por meio do debate público das questões concernentes aos comerciantes.

A partir desse ponto, podemos situar melhor a relação entre os campos da mídia e da política, já que ambas estão baseadas nos mesmos princípios: racionalidade e publicidade. Dessa forma, podemos entender o motivo de não haver uma autonomia da mídia em relação à política nesse momento. Ambas são expressão de um mesmo fenômeno, a luta política da burguesia contra o poder absolutista.

Passemos então àquilo que é central para nós, mas que foi apenas mencionado até agora: a visibilidade. Para discutirmos tal termo vamos continuar o percurso proposto e entender os valores que permeiam o campo político e como isso molda as questões concernentes à visibilidade pública. Há elementos suficientes para conceituarmos Esfera Pública e suas instituições e como isso molda uma nova concepção de visibilidade.

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas

publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. O meio dessa discussão política não tem de modo peculiar e histórico, um modelo anterior: a racionalização pública (HABERMAS,2003, p.42)

Essa esfera vai se materializar não apenas nos jornais, ela acontece nos círculos de discussão, nos bares e clubes, nas praças públicas, enfim em todos os locais onde as pessoas privadas se reúnem para discutir as questões em público. Dessa forma, a imprensa adquire um caráter duplo: ela materializa as discussões em textos, ao mesmo tempo em que serve de subsídio para futuras deliberações.

É por meio das deliberações que ganha materialidade a ideologia burguesa de racionalidade e publicidade. Todas as definições acerca do bem-comum devem ser tomadas em público (isto é, mediante interações face a face) e perante o mesmo. Ou seja, para que as deliberações ganhassem *status* de racionalidade era preciso que fossem tomadas em conjunto. Podemos dizer que razão e visibilidade (outra forma de dizer publicidade) são interligadas.

Estes dois valores são antagônicos àquilo que o poder absolutista pregava. Primeiro pelo fato de não haver justificativa racional para o poder dos reis, segundo que ele não foi levado ao poder de acordo com uma designação da maioria. Participar da Esfera Pública significava colocar interesses e pretensões de forma aberta para que todos pudessem intervir, trocar publicamente argumentos racionais. (GOMES, 2008) Somente quando expressos e formulados em enunciados é que essas vontades tornam-se legítimas.

Dentro desse contexto os jornais ganham relevância na expressão política dos interesses burgueses, na luta pelo poder político. São eles, em conjunto com as associações, que serão o principal meio de expressão desses enunciados. Nesse contexto, a imprensa, o panfleto de ataque ao poder do Estado, é a expressão da publicidade e da racionalidade. É ele que da vazão a fórmula que sintetiza ambos, do uso público da razão.

O conceito de uso público da razão foi desenvolvido por Immanuel Kant e reapropriado por Habermas. Ele dá conta exatamente desse ambiente de discussão em que o critério de validação, de racionalidade de um argumento se dá na medida em que é capaz de

se sustentar em uma esfera de visibilidade. É daí que saem as determinações programáticas da burguesia na tentativa estabelecer seus pontos de vista como dominantes na sociedade. É somente a opinião pública, isto é, opinião formada por meio da deliberação de pessoas privadas em um público, que será capaz de validar e legitimar as leis e os governos. (HABERMAS, 2003, p.71)

Uma insistência tão grande no uso *público* – portanto, argumentativo – da razão, constitui-se historicamente, bem no espírito da modernidade, contra determinadas práticas e instâncias. Antes de tudo, contra a política de segredo de Estado praticada pela autoridade (HABERMAS, 1984, p.71), em que decisões são tomadas e posições se estabelecem a partir do simples arbítrio, da mera vontade de quem exerce o poder político. A prática do segredo leva à exclusão de qualquer outra vontade. Uma vez atribuída ao raciocínio público a capacidade de estabelecer a posição que deve ser aceitável, o domínio não está mais meramente submetido ao arbítrio, mas à *ratio* discursivamente exposta (GOMES,2008, p.39)

Pudemos perceber até o momento que os valores políticos burgueses, construídos como reação ao poder absolutista tinha como uma de suas instituições mais importantes de luta, a imprensa. Esse momento corresponde especificamente ao primeiro modelo proposto por Gomes (2003). Momento de surgimento da imprensa como instrumento de luta política.

O modelo começa a ruir a partir do momento em que o campo político formado pela Burguesia consegue se tornar dominante. É esse momento que marca um segundo momento nas relações entre os campos da mídia e da política, aqui ele era instrumento de um interesse partilhado contra outro setor. No segundo momento, ele será o instrumento de lutas dentro do próprio campo político formado pela Burguesia. Mas, não apenas isso, os avanços tecnológicos dão nova feição às questões da publicidade¹.

2.3– Da Publicidade Civil à Visibilidade Pública

¹ A noção de publicidade utilizada se refere ao processo de “publicização” (tornar público) de atores e eventos políticos. Dessa forma, ao falarmos de publicidade, não nos referimos aos sentidos de publicidade comercial.

As transformações sociais e econômicas consequentes da chegada da burguesia ao poder político, entre os séculos XVIII e XIX, vão alterar de forma substancial a Esfera Pública. Esta que funcionava como uma esfera de luta contra o Estado, que fazia uma espécie de mediação entre as demandas deliberadas em público com a política, agora já não cumpre essa função. Agora não mais se luta contra um inimigo comum, a luta é entre a própria burguesia.

Não há como ter unanimidade de posição quando o que unificava era pôr-se em sentido contrário ao Estado aristocrático, de acordo com a unidade da classe Burguesa. A conquista do Estado divide, sob este aspecto, tanto a burguesia quanto a imprensa conforme a relação que uma e outra estabeleceram com a esfera política estrita. (GOMES,2004, p.47)

Podemos apontar outras causas dessa transformação: a democracia de massas altera a questão da publicidade dos eventos e consequentemente a tomada de decisões; a absorção do parlamento como uma parte do Estado leva a que se lute pelo poder e que a esfera de debate constituída por essa instituição perca sua legitimidade e passe a ser colonizado por interesses privados. Porém, o ponto central é que não havia uma homogeneidade de interesses na burguesia.

Entram em crise tanto a dimensão polêmica da esfera pública burguesa quanto a sua não menos importante dimensão mediadora; dimensão que a esfera pública exercia à medida que testava a legitimidade dos atos do poder político por meio da discussão pública. (GOMES, 2008, p.46)

Essa mudança trabalha, sobretudo, na alteração da condição de racionalidade desinteressada que norteia a Esfera Pública. A chegada ao poder pela Burguesia faz com que o Estado se altere, agora parece não haver mais um contraste entre Estado e Sociedade. Ele passa a intervir em processos antes delegados apenas ao âmbito privado, ele interfere de alguma forma no mercado.

Contudo, esta é uma interferência interessada politicamente, ela visava a manutenção do poder ou o privilégio de aliados políticos. Há um aspecto de demanda na intervenção do Estado, segundo Habermas. Esta se daria para conter a tendência ao

oligopólio. Na tentativa de manter a concorrência, “havendo livre-concorrência e preços independentes, então ninguém deveria obter tanto poder que lhe fosse possível dispor sobre o outro” (HABERMAS, 2003, p.172)

Com isso, a Esfera Pública que antes era um campo de deliberação para se chegar a consensos racionais, passa a ser arena de luta pela imposição de valores e pontos de vista. Não mais um setor em que a racionalidade e a publicidade eram fatores de validação, mas o espaço de uma luta política na tentativa de se obter não mais o bem público, mas os privilégios privados.

Em outras palavras, os interesses econômicos ganham a esfera pública e o Estado. Os agentes econômicos apresentam seus interesses privados como se fossem interesses públicos. Os critérios de racionalidade se transformam. A razão deixa de ser pública e passa a ser interessada por determinados setores. A publicidade perde seu caráter racional e com os avanços das tecnologias de informação se transforma em visibilidade pública.

Esse é o momento da passagem daquilo que Rousiley Maia (2008) chama de “publicidade forte” para “publicidade fraca”, segundo a autora, esses termos podem ser definidos nos seguintes termos:

Num *sentido fraco*, a publicidade refere-se à visibilidade, à exposição social de fenômenos, intenções, planos e atualidades que se oferecem ao conhecimento de todos (em oposição ao segredo). Num *sentido forte*, a noção de publicidade vai além da exposição de posições ao conhecimento comum e diz respeito às normas que regulam o diálogo e à negociação dos entendimentos em público (enquanto juízo público). (MAIA, 2008, p.167)

Em meio a isso tudo, o campo da mídia também se transforma. Se outrora, ela foi “fruto da necessidade de constituição da publicidade civil, isto é, de uma esfera de discussão pública política realizada fora esfera política restrita, mas como parte essencial do universo político conduzido na esfera pública” (GOMES, 2004, p.46), ela agora se restringe a ser a apresentadora de posições partidárias de grupos restritos da burguesia.

Podemos perceber que há uma grande transformação na Democracia. A instituição da eleição de representantes afasta as esferas de poder da deliberação. Os agentes políticos começam a necessitar de visibilidade, de estar presente nas arenas em que a população possa os ver. A competição política instituída pelas eleições torna a visibilidade uma questão central para a vitória nas urnas e para o reconhecimento da legitimidade dos políticos.

Não há mais uma formação de opinião pública baseada em discussões face a face, agora a opinião é apresentada de maneira distante ao público. Os fatos políticos – inclusive os escândalos - que antes eram restritos a setores da sociedade, agora passam a ter maior visibilidade, sem transformar-se em debate racional. Essa alteração está intimamente ligada ao desenvolvimento tecnológico das mídias e ao processo de transformação da sociedade e da política.

Este é um segundo aspecto do modelo. Mostramos até aqui as mudanças sociais da chegada da burguesia ao poder e como isso muda – ainda que pouco – o papel do jornal. Porém, o desenvolvimento tecnológico do século XIX e dos meados do século XX é fundamental. Ele altera profundamente a questão da visibilidade e dá início ao processo de criação de certa autonomia ao campo da mídia.

Dentro dessa transformação da visibilidade e do papel da mídia nisso, podemos destacar dois pontos. O primeiro está no aumento do número de jornais em circulação (SCHUDSON, 2010), com isso, há um início de mudança na própria concepção do jornalismo, aos poucos alguns jornais se afastam da política e passam a trabalhar mais pautas do cotidiano. Isso é um aspecto da mudança na própria sociabilidade burguesa no século XIX.

Ao mesmo tempo em que as pessoas se tornavam livres para reconhecer a si mesmas como criaturas originais e importantes, também passaram a sentir o peso das relações e instituições sociais – a sociedade assumiu uma existência voltada para além dos limites pessoais. Por um lado, a vida tornou-se o espetáculo de observação de estranhos nas ruas, da leitura a seu respeito nos jornais, da negociação com eles em lojas, fábricas e escritórios. Por outro, como as pessoas compreendiam que suas próprias vidas cotidianas eram valiosas e passíveis de despertar interesse alheio,

tanto buscavam nos desconhecidos os seus espectadores, o seu público, como os evitavam, para proteger o espaço privado do ego. (SCHUDSON, 2010, p.75)

Percebe-se aqui certa continuidade naquela concepção do jornalismo como aquele que revela os segredos, porém agora não mais em um sentido de formação (ainda que esse seja um aspecto presente), mas de apresentação. Percebe-se um início de concepção empresarial dos jornais, contudo a maior parte ainda de alcance restrito. Esse aspecto da mudança não altera de forma profunda a visibilidade de eventos e atores, ou seja, ainda não há aqui uma disputa de campos pela imposição de seu poder simbólico. Os impressos eram limitados, sobretudo às camadas alfabetizadas da população, e ainda mantinham um caráter de co-presença, de interação face a face para a discussão dos problemas. (THOMPSON, 2000)

O segundo ponto a ser destacado – e esse será mais forte na transformação da visibilidade – é a mudança tecnológica. Para Thompson (2000), essa é a mudança fundamental da esfera de visibilidade. Essa mudança se relaciona com o caráter de alteração da interação face a face, onde os atores interagem em co-presença, para uma quase interação midiática, em que se perde o caráter dialógico da presença do interlocutor em um mesmo ambiente físico.

Essas novas formas de interação midiática envolvem o emprego de um meio técnico (papel, cabos elétricos, ondas eletromagnéticas, etc.) que possibilita a transmissão da informação e do conteúdo simbólico às pessoas que não partilham de um mesmo local espaço-temporal. Por conseguinte, o desenvolvimento dos meios de comunicação implica uma complexa reordenação das características espaço-temporais da interação face a face. As pessoas podem agora interagir com outras que se localizam em contextos espaço-temporais distantes. (THOMPSON, 2000, p. 63)

Esse é o momento de desenvolvimento das grandes tecnologias da comunicação do século XX, rádio e televisão. Que serão fundamentais na transformação da política. Além disso, como ressaltamos anteriormente, há um início de concepção da comunicação como negócio, mas “a percepção geral é de que os dispositivos técnicos para a comunicação de massa funcionam como extraordinários instrumentos para se organizar o gosto, as disposições

e a opinião do público, inclusive o gosto, disposições e opinião sobre as questões de natureza política” (GOMES, 2004, p.48)

Esse novo aspecto altera de forma profunda a concepção de Esfera Pública. Não se pode mais pensar agora em uma reunião de pessoas privadas em públicos - nos salões, nas praças, nos clubes, por exemplo – que instruídos pelo jornalismo político vão deliberar sobre o interesse comum. Os meios de comunicação alcançam, ao mesmo tempo, pessoas localizadas em pontos distantes entre si. Situadas nas mais diversas classes sociais e com culturas diferentes entre si. (GOMES, 2004, p.49)

Trata-se, portanto, de uma esfera de uma *esfera expandida de visibilidade* (GOMES, 2004). Entretanto, o desenvolvimento dos meios contribui para alterar as formas de expressão dos políticos perante o público. Esse fato, associado à dependência crescente que eles têm dos eleitores na democracia de massa e ao início de uma cultura jornalística que trabalha mais no cotidiano das pessoas, faz com que haja um início de mudança nos políticos, agora dependentes da imagem pública que projetam. Podemos perceber um início de personalização da política, fato que será acelerado no terceiro modelo.

O desenvolvimento dos novos meios de comunicação deu origem, pois, a um novo tipo de publicidade desespecializada que permitiu uma forma mais íntima de auto-apresentação, livre das exigências da co-presença. Essas foram as condições que facilitaram o surgimento do que poderíamos chamar de *a sociedade da automanifestação*: uma sociedade em que foi possível e, na verdade, se tornou cada vez mais comum, aos líderes políticos e a outros indivíduos aparecer diante de públicos distantes e desnudar algum aspecto de si mesmos ou de sua vida pessoal. (THOMPSON,2000, p.69)

Há um princípio de autonomia do campo da mídia, contudo esse ainda se encontra em total subordinação ao campo político. Este ainda se serve da comunicação da forma como melhor lhe convém. A mídia ainda é um meio de se obter recursos na luta política. O processo de transformação de meio para mediação torna a relação entre os campos problemática. Problemas que já começam a aparecer no segundo modelo, porém

potencializados pelo interesse em obter poder simbólico e, dessa forma, ser reconhecido como legítimo, da indústria midiática.

2.4– A Separação dos Campos e a Disputa pelo Controle da Visibilidade

Diferentemente do segundo modelo, que surge de uma ruptura com uma ordem sócio-política-econômica anterior, o terceiro modelo surge em continuidade com a ordem que vinha se estabelecendo. Isto é, ele já está dado no segundo modelo, suas possibilidades estão presentes, faltava a entrada de um terceiro ator que desse cabo dessa mudança. A chegada da “Indústria Cultural” no campo da informação foi o impulsionador dessa transformação.

O terceiro modelo vai tomando seu lugar durante o século XX até se tornar predominante.

Pouco a pouco não restavam propriamente mais, “meios” de comunicação. A imprensa de partido foi sendo assimilada pelas novas formas da indústria da informação. Os outros dispositivos foram incorporados a um setor industrial forte e competitivo dedicado à cultura e ao entretenimento para consumo em larga escala. A indústria da informação surge quando o mundo dos negócios se dá conta de que a informação pode se transformar num negócio cujas transações se realizam não mais com corporações e partidos mantenedores, mas com duas categorias novas, os consumidores de informação e os anunciantes. (GOMES, 2004, p. 49-50)

Esse é um passo fundamental para entendermos como acontece hoje a relação entre a mídia e a política. Essa inserção em uma indústria faz com que a mídia tenha a possibilidade de se manter financeiramente independente dos partidos e dos políticos. Esse fato fez com que os atores políticos perdessem o controle daquilo que a mídia podia lhes dar, ou seja, o controle sobre a visibilidade pública, o controle sobre a imagem que projetavam de si e de seus oponentes políticos.

Conforme dito anteriormente, a mídia deixa de ser apenas um meio de transmissão de mensagens e se torna um campo com interesses de conquista de legitimidade

próprios. Isso significa que agora ela entra em disputa com o campo político na tentativa de controle das impressões públicas que os cidadãos têm do mundo político.

Para Habermas (2000), esse fato é a prova de uma decadência política. Ele afirma que este é um momento em que o público se transforma de “pensador da cultura” para “consumidor da cultura”. Não há mais a formação de uma opinião pública, a partir de diálogos e deliberações, há sim uma opinião pública encenada, apresentada, na qual o público participa apenas passivamente.

Hoje, a conversação enquanto tal ainda é administrada: diálogos profissionais de catedráticos, discussões públicas, *roundtable shows* – o raciocínio público das pessoas privadas torna-se um número no programa dos astros do rádio e da televisão, torna-se maduro para cobrar entradas, ganha forma de mercadoria mesmo ainda aí onde, em jornadas, cada um pode ‘participar’. A discussão, incluída no ‘negócio’, formaliza-se; posição e contraposição estão de antemão sujeitas a certas regras da apresentação; o consenso da questão torna-se grandemente supérfluo devido ao consenso do procedimento. (HABERMAS, 2003, p.194)

Apesar de seu tom de que há nessa mudança uma negação dos valores políticos que deram origem à democracia burguesa, Habermas nos mostra um sintoma da transformação, de descontentamento em relação ao surgimento de um setor externo à política que controle a entrada e saída da cena pública.

Não queremos com isso dizer que o controle da visibilidade pela comunicação é plena. Fazer isso seria negar o aspecto relacional dos campos, há formas de negociação e de manipulação tanto da mídia em relação à política, quanto da política em relação à mídia. Contudo, ainda nos falta responder a uma questão essencial desse capítulo. Por que a visibilidade é tão importante? Ou, melhor dizendo, por que seu controle é tão necessário no jogo político?

Não pretendemos nos ater, nesse momento, na lógica de funcionamento do campo da mídia, esta tarefa será feita no capítulo posterior. Queremos entender a importância da visibilidade para daí vermos as estratégias para entrar e sair da cena pública e analisarmos os motivos dos Escândalos Políticos serem hoje tão recorrentes.

A tensão entre mídia e política é constante, essa autonomia do campo midiático o coloca na disputa com a política pela imposição da visão legítima do mundo social. (MIGUEL, 2002, p.166) Os políticos necessitam de alguma forma acumular capital simbólico para entrar com chances de vitória nas eleições. Há duas formas de capital simbólico que ele necessita acumular. Um capital interno ao campo político e outro externo. Entendemos campo político como,

o lugar em que se geram, na concorrência entre agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 1989, p.164)

A definição de Bourdieu nos mostra o caráter duplo do capital político. Primeiramente. Ter reconhecimento dos pares no campo, produzir questões políticas, tornar-se relevante para aqueles que lhe darão legitimidade internamente. A partir disso, lançar-se ao público, reduzidos a consumidores, já que não participaram diretamente do processo de produção dos programas. É nesse segundo momento que o campo político entra em disputa com o campo midiático. Os agentes necessitam se apresentar de forma positiva, para acumular esse “capital simbólico externo”. Ou seja, é preciso ser visível, se possível ser visível num quadro positivo.

Essa lógica dupla do capital político se retro-alimenta, é preciso ter legitimidade perante o público para ser reconhecido pelos pares, assim como é necessário ser reconhecido pelos pares para poder se aventurar ante o público. Podemos então falar que o campo político é um local de luta constante entre seus agentes e agentes de campos externos.

Podemos então definir o campo da mídia em seu triplo aspecto, tomando como fundamental a questão da visibilidade.

Referimos-nos genericamente aos *media* quando temos em mente pelo menos três coisas distintas: a) instituições ou sujeitos sociais (quando se diz, por ex., ‘a mídia atacou o Presidente’); b) aparatos técnicos e artísticos da engenharia de emissão de mensagens (quando falamos de ‘complexidade das novas mídias’); c) sistemas de expressão ou mensagens disponíveis (como quando se diz ‘a imagem do Presidente

na mídia’). É justamente o sistema expressivo formado pelo conjunto da emissão dos meios de comunicação que constitui a esfera de visibilidade pública, tornando disponível ao público, ou ao sistema dos seus apreciadores, uma espécie de quadro do mundo. (GOMES, 2008, p.143)

O campo da política precisa negociar com esses três aspectos dos mídia. Os meios técnicos afetam a sua maneira de fazer contato com o público, assim como a sua relação com jornalistas e outros agentes da mídia. Porém, o que se torna mais importante nessa relação está na imagem pública projetada. Podemos falar que a imagem é um elemento central nas disputas políticas. E pela disputa no controle da imagem que está inserida a luta entre mídia e política.

Para entrar na mídia a política precisa atender a lógica na qual está inserida a produção de conteúdo midiático. Essa lógica, podemos adiantar, está baseada no entretenimento. Ela é causa e efeito das transformações da política contemporânea. Causa quando falamos da centralidade da imagem pública dos atores políticos e seus efeitos na personalização das campanhas. E efeito da crise da identificação partidária.

Desde a segunda metade do século XX, há grandes modificações no campo político. A ideologia perde espaço para a política de confiança (THOMPSON, 2000, p. 147). Há também uma crescente personalização da política: não mais ideias, e sim pessoas – e a confiança que se deposita nelas. Isso é reforçado pelo esquema de entrada nos meios de comunicação como arena preferencial da política.

As pessoas passam a se preocupar mais com o caráter dos indivíduos que são (ou poderão vir a ser) seus líderes e com sua confiabilidade, porque cada vez mais esse se torna o principal meio de garantir que as promessas políticas serão cumpridas e que decisões difíceis, diante da complexidade e incerteza, serão tomadas com base em um julgamento sensato. A política da confiança se torna mais e mais importante, não porque os políticos sejam inerentemente menos confiáveis hoje do que foram no passado, mas porque as condições sociais que garantiam anteriormente sua credibilidade estão desgastadas. (...)Parte da razão por que o escândalo político passou a ser tão importante nos dias de hoje é que ele se transformou em um tipo de *teste de credibilidade* para a política de confiança. (THOMPSON, 2000, p. 147)

Com isso, chegamos ao ponto que nos interessa, o escândalo político. Acreditamos que ele é fruto dessa relação conflituosa entre mídia e política, na luta que ambas

fazem para acumular capital simbólico e obter legitimidade perante o público. No próximo capítulo vamos nos dedicar especialmente ao campo midiático, buscando entender o acontecimento do escândalo político. Tentaremos perceber o escândalo não como uma anomalia, mas como um elemento de luta política na imposição de imagens e uma forma de cobertura midiática que atende aos critérios do campo.

Capítulo 3 – Os Escândalos Político-Midiáticos

A presença da mídia como arena central alterou relevantemente aspectos do campo político. Essas mudanças se deram, sobretudo, em questões relativas ao controle da visibilidade pública. Atualmente, os agentes políticos necessitam negociar com agentes específicos do campo comunicacional para garantir a sua entrada ou não no circuito midiático.

Há um processo de negociação e de disputa de poder entre os campos, com a finalidade de garantir a legitimidade de agentes de cada campo ante o público: para entrar na mídia é preciso adaptar a retórica política às exigências de uma lógica de produção de conteúdos dada pelas estruturas da comunicação. É preciso ressaltar, contudo, que a lógica produtiva da mídia é bastante heterogênea, segundo Patrick Charaudeau (2010)

O que preside a produção da comunicação midiática é uma entidade compósita que compreende vários tipos de atores: os da direção do organismo de informação que cuidam da saúde econômica da empresa e de sua organização competitiva; os da programação, ligados aos precedentes de maneira a fazer com que as informações escolhidas tenham um certo sucesso junto ao público; os da redação da notícia e os operadores técnicos, que escolhem tratar a informação conforme sua linha editorial. (CHARAUDEAU, 2010, p.73)

Mesmo que exista uma heterogeneidade clara na produção midiática, há evidências do quanto conflituosa é a relação entre os campos. O campo midiático tem um duplo aspecto presente no contrato² de comunicação que estabelece com seus consumidores de conteúdo. Segundo Charaudeau (2010), o contrato de comunicação é tensionado por duas instâncias: uma política, na qual o jornalista se posiciona como uma instância informadora e

² - O termo “contrato” aqui está sendo usado apenas para manter as palavras de Charaudeau (2010). No decorrer de nossa análise não nos utilizaremos desse termo. O autor chama de “contrato”, o “jogo de regulação das práticas sociais, instauradas pelos indivíduos que tentam viver em comunidade e pelos discursos de representação, produzidos para justificar essas mesmas práticas a fim de valorizá-las. Assim se constroem as convenções e as normas dos comportamentos linguageiros, sem os quais não seria possível a comunicação humana” (2010, p.67)

formadora, que leva conhecimento ao cidadão; e outra econômica, no qual visa entreter o cidadão, com o objetivo de fazê-lo consumir a informação. (CHARAUDEAU, 2010, p.86)

Esse duplo caráter será um norteador para esse capítulo, pois a partir dele pode-se perceber o funcionamento da cobertura dos escândalos políticos. É exatamente nesse duplo aspecto que reside o escândalo como uma forma de cobertura de eventos políticos. Ou seja, os escândalos político-midiáticos são expressões de uma lógica produtiva que visa legitimar as estruturas de poder (BOURDIEU, 1989) dos jornalistas, ao mesmo tempo em que atende a uma demanda de consumo dos cidadãos.

Dados esses pontos, serão efetivadas adiante discussões acerca do campo midiático e sua lógica produtiva. Em um segundo momento, apresentam-se reflexões sobre o processo de produção dos escândalos e em quais aspectos eles se aproximam de uma lógica midiática.

3.1 – O Campo Midiático

No primeiro capítulo mostramos o processo de surgimento de uma certa autonomia do campo da mídia em relação ao campo político e quanto isso interferiu no funcionamento do jogo político. Isso significa, conforme já foi dito, que para ser visível é preciso de alguma forma obedecer a uma lógica de funcionamento do campo midiático - lógica que vai nortear tanto o trabalho jornalístico, quanto os processos de autolegitimação do campo.

Mas como funciona o discurso jornalístico sobre si mesmo? A quais lógicas produtivas e a qual *habitus* essas narrativas se remetem? Vamos tentar perceber o funcionamento do campo e como o escândalo político é uma fórmula capaz de obedecer aos critérios de cobertura jornalístico dos eventos. Uma observação se faz necessária: estamos

trabalhando com as palavras mídia e jornalismo como sinônimos. Sabemos que “mídia” abarca um conjunto mais amplo de fenômenos que jornalismo, contudo ao usarmos o termo “mídia” estamos querendo evidenciar que há uma subordinação dos critérios jornalísticos a uma lógica midiática mais geral.

E, nesse ponto, concordamos com a crítica *habermasiana* de que a lógica midiática está fortemente baseada no entretenimento³ (HABERMAS, 2003). Contudo, não trabalhamos essa crítica como algo problemático, mas como um aspecto do contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2010) estabelecido com os leitores-consumidores.

O processo de autonomização do campo midiático trouxe consigo não apenas mudanças para a política: ele acarreta uma alteração na própria maneira como os agentes do campo midiático percebem seu ofício. A mudança abre novas discursividades para o campo. Os agentes comunicacionais passam a se perceber não mais como subordinados à política, mas tornam-se subordinados ao próprio jogo de forças do campo.

A passagem do jornalismo artesanal para o industrial provoca transformações não apenas na prática como no próprio perfil do jornalista: não mais o boêmio, mas o que deve se submeter a novas regras. O jornalista romântico passa a ser visto como ineficaz, despreparado para enfrentar as crescentes mudanças, como a racionalização dos processos de produção. Isso não significa que há uma mera substituição, sai de cena o romântico e entra o racional, o metódico, mas que novas discursividades se abrem, possibilitando, assim que novos elementos entrem na configuração do imaginário do/sobre o jornalista, na constituição de sua identidade. (CAVALCANTI, 2006, p. 70)

Para Jauranice Cavalcanti (2006, p. 14), ao adotar a perspectiva da análise de discurso, sobretudo as contribuições de Bakhtin, a formação da identidade do jornalista e sua concepção da prática jornalística são heterogêneas. Ela identifica que há três grandes diálogos presentes na identidade do jornalista. Dois que o ligam a essa concepção que ela chama de romântica e o outro com o momento que aqui se pretende descrever. Os dois que se ligam à aura romântica são diálogos com os campos da literatura e da política. Um traz consigo a

³ Entretenimento entendido como uma lógica de espetáculo que permeia a produção de conteúdos políticos. Sua lógica está mais ligada na tentativa de fidelização do público do que de formação de uma opinião pública qualificada (HABERMAS, 2003)

imagem do jornalista literato, intelectual, aquele que é capaz de dominar os meandros da língua. O outro traz a imagem do jornalista que vai até as obscuridades do poder e traz à luz os fatos, que intervêm no espaço público.

As alterações no jornalismo industrial fecham espaço para a prática desses jornalisismos “românticos”, mas isso não quer dizer que esses discursos desaparecem. Na verdade, os escândalos políticos divulgados na mídia em abundância são frutos dessa busca de dar luz às obscuridades do poder. Charaudeau (2010) vai nos dizer que a produção de conteúdos do jornalismo é também um processo de desvendamento, de elucidação. Este é um elemento de autolegitimação do campo.

Elucidar será, então, esclarecer o que não se vê, o que está oculto, o que é latente, e que constitui as razões mais ou menos profundas do surgimento do fato. Esse oculto, esse latente, é o que as mídias se propõem fazer emergir(...) O terreno do acontecimento político é ideal para esse trabalho de desvendamento. Como já se disse, o exercício do poder do campo político só é possível na dissimulação, e o papel do jornalista, que tem o dever de elucidar, consistiria em descobrir a intenção dissimulada por trás das declarações e dos atos de tal ou qual político. (CHARAUDEAU, 2010, p.178)

Mas é fato que, em termos históricos, eles perdem espaço para o discurso da objetividade. O jornalismo passa a ser uma busca pela “verdade” e passa a adotar padrões de construção de seus conteúdos. Não há consenso sobre quando o conceito de jornalismo objetivo apareceu, mas, de uma maneira geral, o texto de Cavalcanti (2006, p.73) aponta para o século XIX e a uma forte ligação com a ideologia positivista. É o que origina o chamado padrão americano, o uso intenso da pirâmide invertida, o *lead*, isso tudo ancorado em um discurso da objetividade. No Brasil, esse modelo chega na década de 50 e começa a transformar as redações. No fundo, há a crença de que o uso dessas técnicas seria capaz de apagar marcas do sujeito.

Outro discurso que afeta a prática jornalística é identificado por Bethânia Mariani (1996) em sua tese de doutorado acerca dos discursos sobre o Comunismo no Brasil. Este outro discurso diz respeito à defesa da legalidade e da legitimidade das relações “jurídico-sociais”.

O discurso jornalístico funciona regido por essas ‘relações sociais jurídico-ideológicas’: ele é responsável por manter certas informações em circulação e, com isso, contribuir na manutenção dessas mesmas relações sociais jurídico-políticas. Dito de outra maneira, a imprensa é constituída por uma ‘norma identificadora’, resultado da aplicação da lei, mas, ao mesmo tempo, esse discurso jurídico-político se apaga na história da imprensa, como se fosse evidente que os jornais só são veículos de comunicação. (MARIANI, 1996, p.84)

Podemos então afirmar que o discurso jornalístico está baseado em uma defesa da legalidade, ao mesmo tempo em que busca apagar suas marcas, gerando um efeito de objetividade e transparência ao mundo. Dessa forma, podemos dizer que o jornalismo é uma instância que procura estabilizar os sentidos do mundo social. (MARIANI, 1996) Essa estabilização se dá na forma de julgamento moral dos fatos, e aqui em específico, de fatos políticos.

Esses pontos nos mostram que há uma certa concepção do fazer jornalístico, baseada não mais na luta e na intervenção política, mas na apresentação dos fatos como eles supostamente acontecem. Segundo Barros Filho e Martino (2003),

Autodefinindo-se como “escravo dos fatos”, os jornalistas sustentam implicitamente a tese de que a verdade independe de qualquer relato, prevalece absoluta, atinge sua realidade a cada instante. Nessa reflexão, a verdade é autônoma de qualquer processo de observação, verificação e posterior relato jornalístico ou não. (FILHO *et* MARTINO, 2003, p. 108)

Esses discursos são as bases da formação do campo, eles são capazes de estabelecer as posições que os agentes ocupam no seu interior e a legitimidade ou não se suas palavras. Dessa forma, o jornalismo procura se estabelecer como campo, gerando seu próprio capital simbólico. Contudo, ser autônomo não significa estar fora da relação com outros campos, significa apenas que essas relações são tensionadas.

Esse é um aspecto problemático quando falamos de autonomia de campo do jornalismo, sobretudo quando estamos trabalhando o jornalismo político. Porém, essas outras variáveis, como as relações com o campo econômico e o monopólio dos meios de comunicação nas mãos de políticos, não serão discutidas aqui. Vamos trabalhar os aspectos de

tensão entre os campos, enfocando os escândalos e considerando que essa tensão é um dos elementos da luta política para a imposição de imagens públicas.

O conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu (1989), é útil para a discussão: sua definição trata da interiorização das regras e procedimentos que regem a atuação em determinado campo. Ele é capaz de produzir práticas tanto individuais quanto coletivas, é um efeito de interiorização dessa “estrutura invisível”. (CAVALCANTI, 2006, p. 20)

No campo do jornalismo falar de *habitus* significa falar de categorias de percepção da realidade partilhadas pelo campo. Dentre essas categorias inclui-se o processo de seleção daquilo que vai se tornar ou não notícia, o que é visível ou não para os agentes do campo.

Ou seja, o *habitus* (isto é, as categorias de percepção do mundo social) está fortemente marcado pelos discursos e pelos mecanismos de legitimação do poder do campo. Isso significa que o processo de produção das notícias é caracterizado por um caráter de legitimação do poder do jornalismo. As matérias políticas possuem marcas dos atravessamentos discursivos que sofre a prática jornalística, os discursos do “iluminador” e do “iluminado” (CAVALCANTI, 2006) e do defensor da ordem (MARIANI, 1996) estarão de alguma forma perpassando a visada de mundo que o jornalista lança sobre o mundo social.

No fim das contas, este *habitus* é capaz de engendrar uma imagem que o jornalista faz de si como alguém que está acima do bem e do mal, ou de que sua fala é a fala do povo. Dessa forma, o campo tenta ganhar sua legitimidade ante o público, legitimidade que garante consumidores para a sua produção. Esses discursos produzem um efeito de apagamento entre jornalista e leitores, criando o que podemos chamar de “efeito de opinião-pública”. Esse procedimento é destacado por Filho e Martino (2003),

A estrutura de regras no campo jornalístico apresenta um curioso mecanismo de negação constante como modo de preservação da imagem além e do mal da profissão. Dessa maneira, mesmo quando há o reconhecimento tácito das características subjetivas do repórter, elas são de algum modo deslocadas em nome do bom jornalismo. Não há conflitos para o jornalista que não existam também para

o cidadão. Visto dessa maneira, o jornalista não teria conflitos inerentes à profissão, mas estaria o tempo todo submetido aos mesmos dilemas éticos de qualquer pessoa. (FILHO *et* MARTINO, 2003, p. 116)

Dessa forma, o campo procura se aproximar da população não como uma instituição, ou uma empresa interessada em ganhar lucros. Ele se apresenta como o próprio cidadão, seus dilemas éticos não passam pelas questões do campo, mas são os mesmos da esfera-civil. Segundo as estruturas do campo não há dilema ético para o jornalista que não seja o do cidadão. Portanto, quando um jornalista fala, a impressão que se tem que é a voz do povo que fala – produz-se então o efeito de opinião pública.

Essa visão incorporada que o jornalista tem acerca do mundo social e político e a necessidade de legitimar seu poder ante o público é a fonte de tensões com o campo político. Essa visada se decanta, sobretudo, nos aspectos que serão levados em consideração no momento da produção das notícias e reportagens. Esses filtros dos acontecimentos do mundo levarão sempre em conta o duplo aspecto do contrato. Ao mesmo tempo em que o jornalista informa, e com isso tenta expandir seu poder, ele entretém, a fim de agradar e manter o consumo de informações. Com isso, podemos então entrar na descrição de como se dão os filtros para a produção noticiosa.

3.2 – A produção das notícias

Conforme estamos propondo aqui, a produção das notícias se dará conforme o esquema de percepção do mundo partilhado pelos membros do campo do jornalismo, ou seja, conforme seu *habitus*. Com isso, estamos dizendo que não há produção de notícia, isto é, produção de sentido para determinado evento que não esteja marcado por uma tomada de posição acerca do acontecimento: as notícias são interpretações sobre o mundo (MARIANI, 1996).

O espaço social é uma realidade empírica compósita, não homogênea, que depende, para sua significação, do olhar lançado sobre ele pelos diferentes atores sociais, através dos discursos que produzem para tentar torna-lo inteligível (...) Ou seja, para que um acontecimento exista é necessário *nomeá-lo*. O acontecimento não significa em si. O acontecimento só significa enquanto acontecimento em um discurso. (CHARAUDEAU, 2010, p.131-132)

Essas interpretações estão carregadas das tensões na disputa pelo poder do campo. Quem diz o que é notícia são os agentes dominantes do campo, aqueles cuja fala é legitimada pelos dominados (BOURDIEU, 1989). Contudo, uma definição de notícia se faz necessária, para daí entendermos os filtros que a constituem e mostrarmos estratégias usadas pelo campo político para entrar no circuito de visibilidade.

Vamos conceituar notícia conforme Charaudeau. “Propomos chamar ‘notícia’ a um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo *espaço temático*, tendo um caráter de *novidade*, proveniente de uma determinada *fonte* e podendo ser diversamente tratado” (2010, p.132)

As três palavras destacadas pelo autor mostram quais são os três principais eixos na definição daquilo que pode ou não ser noticiado pelos jornalistas. Contudo, eles pouco evidenciam o fato de que esses requisitos necessitam atender a uma lógica produtiva dupla, como estamos defendendo aqui. O principal critério para algo se tornar notícia é que obedeça à lógica midiática do entretenimento, sem perder, contudo, o escudo discursivo de que a informação é confiável e objetiva. Conforme afirma Wilson Gomes: “Entreter é ser capaz de capturar a atenção e fixar o desejo de consumir do destinatário” (GOMES, 2004, p.313)

O estudo de Gomes (2004) evidencia exatamente o quanto a lógica do entretenimento transbordou de outros setores do noticiário e chegou até o noticiário político, gerando assim uma mudança ainda mais drástica nas estratégias de entrada no circuito de visibilidade. Para ele, o entretenimento se tornou o principal critério de seleção dos fatos.

os parâmetros de seleção, de organização e de apresentação da informação tendem a responder aos mesmos princípios que há algum tempo vêm sendo identificados como estruturadores da comunicação de massas: o entretenimento, como base de

referência, a ruptura, a diversão e a dramaticidade como subsistemas. (GOMES, 2004, p.313)

Vamos nos deter na análise de cada um desses subsistemas, para posteriormente mostrarmos o quanto o escândalo político atende a essa lógica de cobertura. Podemos dizer, ao menos por enquanto, que a cobertura feita pelos jornais tenta dar conta de acontecimentos. Podemos chamar de acontecimento como uma “ruptura das regularidades” (GOMES, 2004, p.314). Ou seja, torna-se notícia aquilo que rompe com um padrão já esperado pelos jornalistas e leitores. Por isso, o inesperado é potencialmente mais noticiado, sobretudo quando se refere a pessoas que estão na arena de visibilidade.

Contudo, esses acontecimentos podem ser produzidos para forçar a entrada na arena de visibilidade. Esse é o trabalho muitas vezes feito pelas campanhas eleitorais, ao produzirem fatos que obriguem a mídia noticiosa a comparecer e a produzirem matérias sobre determinado evento.

Outro critério utilizado pela lógica do entretenimento no noticiário político se dá no fato de que, além de informar, é preciso divertir seu leitor/ouvinte/espectador. A informação tem que divertir, tem que ser agradável, os conteúdos devem ser estruturados de forma que os consumidores desfrutem a informação de uma forma rápida, reforçando a efemeridade dos acontecimentos. É a efemeridade que será capaz de amalgamar diversão e novidade. Segundo Charaudeau,

a notícia só tem licença para aparecer nos organismos de informação enquanto estiver inscrita numa atualidade que se renova pelo acréscimo de pelo menos um elemento novo; além do mais, é preciso que esse elemento novo seja portador de uma forte carga de inesperado para evitar o que as mídias mais temem – e que depende da representação que têm a esse respeito –, a saber: a *saturação*. (2010, p.134)

Podemos então afirmar que há um princípio de organização da informação que se baseia em uma cota mínima aceitável de informação, isto é, para que o consumidor de conteúdo apenas saiba que algo se deu com alguém em algum lugar. “E o argumento da

cultura profissional dos jornalistas de que a estruturação conforme tal princípio é um respeito ao tempo do consumidor de notícias, cada vez mais curto, é apenas um álibi.” (GOMES, 2004, p.315)

É a partir dessa fórmula que alia novidade, diversão e agilidade que se materializam os textos jornalísticos – inclusive na cobertura política. Cada vez mais as coberturas políticas se baseiam em acontecimentos e menos em processos políticos. O texto ágil se insere em um sistema de cobertura política em que se olha para os agentes políticos como interessados em se manter no poder. Essa busca incessante pelo divertido é um dos motores da produção de escândalos pelo campo da mídia.

Outro critério utilizado pela lógica do entretenimento no sistema informativo é a capacidade que os eventos têm de se tornarem dramas, ou seja, possuírem bons personagens e bom enredo que seja capaz de se alongar por um determinado período de tempo. Para Gomes, “a melhor notícia não seria simplesmente aquela capaz de produzir um efeito dramático sobre o destinatário, de mexer com ele, de emocioná-lo” (2004, p.317)

O efeito de drama aparece nos textos com a construção de grandes histórias pela mídia, os escândalos político-midiáticos são um exemplo de dramatização. Ele aparece, sobretudo no tratamento que os acontecimentos recebem com a finalidade de se produzirem determinados efeitos. Um efeito possível desse tipo de tratamento dos eventos é a produção de sensações como raiva, surpresa, riso e angústia no receptor, sem, porém, gerar algum tipo de mobilização.

Contudo, o principal efeito do drama está naquilo que ele produz de fundamental para o escândalo político-midiático. A dramaturgia necessita de personagens, ou seja, ela fortalece uma cobertura baseada em indivíduos, em personagens, relegando os processos de negociação política para o fundo da cena política. Enfim, a cobertura política se baseia em indivíduos auto-interessados e não em grupos e seus processos de negociação.

Essa forma de cobertura se relaciona diretamente com a questão dos escândalos, já que estes têm grande capacidade de se tornarem grandes dramas, comporem inúmeros personagens, gerarem efeitos dramáticos no público leitor e ainda manterem a imagem que o campo tem de si mesmo como aquele que ilumina as obscuridades do poder em nome do interesse-público.

Temos, então um ambiente de comunicação pública, por onde precisa passar necessariamente a comunicação política, que é regido pelas lógicas de ruptura, de recreação e da dramatização, onde, portanto, muitos dos conteúdos da política tradicional aparecem como a coisa mais *extemporânea* que se possa imaginar. (GOMES, 2004, p.320)

Fica patente que o campo político tem duas alternativas: a primeira é adaptar seus conteúdos à lógica das mídias, ou produzir os chamados *pseudo-eventos* (GOMES, 2004, p. 331) para atrair a atenção dos jornalistas e forçar sua entrada. A outra é deixar que o campo da comunicação domine completamente aquilo que vai para suas páginas e telas. Os conflitos entre ambos os campos, portanto, são complexos.

Diante disso, como se produz então o escândalo político-midiático? Pela própria lógica dos meios e dentro das abordagens marcadas pela personalização, dramatização e novidade: os conteúdos políticos são esquadrihados de uma forma padrão, segundo essas influências.

Apesar de o discurso jornalístico se ancorar na chamada objetividade e na busca pela verdade, ele é atravessado pelo discurso do iluminador (aquele que investiga e que alimenta uma hostilidade pelos “donos do poder”) (CAVALCANTI, 2006), do mantenedor da ordem (MARIANI, 1996) e pelas exigências produtivas do campo, que fazem com que o escândalo se torne um elemento praticamente endêmico no jornalismo político. Como afirma Thompson,

A maioria dos escândalos políticos, nas sociedades democráticas liberais de hoje, são escândalos políticos midiáticos: eles surgem no âmbito onde o campo e o subcampo político se sobrepõe com o da mídia. Mesmo se um escândalo surja primeiramente como um escândalo político localizado, inicialmente restrito a interações dentro do subcampo político, é muito difícil restringi-lo ao nível local: é

provável que seja descoberto pela mídia e transformado em escândalo que se descobre no campo político mais amplo. (THOMPSON, 2000, p. 137)

Obviamente não se pretende aqui dar conta de toda a complexidade do sistema de produção de informações, mas há fortes encaminhamentos explicativos para o fato de a cobertura política estar cada vez mais baseada em indivíduos do que em grupos e processos. A partir de agora, podemos então ver como se dá o funcionamento dos escândalos político-midiáticos e como eles se relacionam com os aspectos da cobertura política que levantamos até o momento.

3.3 – Os escândalos políticos no contexto da ambiência midiática

John Thompson (2000) afirma que os escândalos não são produtos da política contemporânea. Mesmo no século XVIII já existiam escândalos. Contudo, a novidade está no alcance que eles têm atualmente e o aumento do número dos escândalos. Antes de explicar como o escândalo funciona no mundo atual, é preciso discutir como ele funcionava em outros tempos.

Aponta Thompson (2000, p. 38) que a palavra “escândalo”, tanto em língua inglesa, quanto na língua portuguesa, apareceu por volta do século XVI. Neste momento inicial, seu uso se dava em dois contextos: no meio religioso, era utilizado para se referir a comportamentos da pessoa religiosa que levassem ao descrédito da religião; em contexto mais secular, era utilizada para caracterizar as ações que ferissem os sentimentos morais e o senso de decência.

Hoje, a palavra perdeu seus sentidos religiosos e passou a descrever uma forma de transgressão moral. “Escândalo se refere a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública”. (THOMPSON, 2000, p.40)

Dessa forma, os escândalos estão ligados a determinado tipo de comportamento que, de alguma forma, fere os sentimentos morais de determinados indivíduos, bem como seus deveres de ação no mundo. Contudo, só haverá escândalo se houver outra pessoa, um *não-participante* que relate a história. Ou seja, o escândalo, nessa acepção, já nasce como relato da realidade. Segundo Thompson, o escândalo se refere a ações ou acontecimentos, que devem possuir algumas características:

1) sua ocorrência ou existência implica a transgressão de certos valores, normas ou códigos morais; 2) sua ocorrência ou existência envolve um elemento de segredo ou ocultamento, mas elas são conhecidas ou firmemente cridas como existentes por outros indivíduos que não os envolvidos (chamaria esses indivíduos de *não-participantes*); 3) alguns *não-participantes* desaprovam as ações ou acontecimentos e podem sentir-se ofendidos pela transgressão; 4) alguns *não-participantes* expressam sua desaprovação denunciando publicamente ações ou acontecimentos; 5) a revelação e condenação das ações e acontecimentos podem prejudicar a reputação de indivíduos responsáveis por eles (embora isso não seja sempre, ou necessariamente, o caso, como veremos). (THOMPSON, 2000, p. 40)

As normas e valores que são transgredidos em um escândalo são de difícil definição. Sabe-se que normas e valores estão implicados em relações de poder que dizem aquilo que é lícito ou não em uma determinada sociedade. Normalmente a divulgação de um escândalo está ligada a uma tentativa de moralização da sociedade, tornando público os comportamentos desviantes.

Há, todavia, três temas que ganham mais relevância em escândalos. Sexo (na verdade, os desvios daquilo que se considera comportamento sexual socialmente aceito); dinheiro (corrupção); e poder (abuso do poder político). “O escândalo propriamente dito começa com a divulgação pública de uma ação ou acontecimento que coloca em ação o processo de afirmações e contra-afirmações que constitui o escândalo midiático”. (THOMPSON, 2000, p.104)

A trama do escândalo é construída por uma pessoa que não participa diretamente do acontecimento. Dessa forma, o escândalo torna-se um relato e sua narrativa é um jogo de luz e sombra. Há um jogo de gato e rato, em que alguém tenta encobrir determinados fatos,

enquanto outros tentam torná-los públicos. É o que Thompson chama de *drama de ocultação e revelação* (2000, p.45). Para se tornar escândalo não basta que uma ou duas pessoas desaprovem o acontecido, é preciso torná-lo público, é preciso expressar a desaprovação. Enquanto fica restrito a um número pequeno de pessoas, ele se presta somente a boato ou fofoca.

É claro que fofoca e boatos podem desencadear em escândalo, e muitos escândalos são, na verdade, precedidos por boatos que circulam entre partes interessadas, tais como jornalistas e políticos, ou simplesmente entre indivíduos que tomam conhecimento do fato. Mas um escândalo pode surgir somente se a concordância tácita, que mantém a fofoca e o boato ao nível de comunicação privada entre amigos ou conhecidos, é rompida e as revelações, junto com determinadas formas adequadas de discurso infamante sobre ações ou acontecimentos em questão, são articuladas em público – isto é, de um modo que seja até certo ponto *aberto* e acessível para que uma pluralidade de outros possam ver ou ouvir ou ouvir falar. (THOMPSON, 2000, p. 48)

A grande mudança que ocorreu do escândalo no século XVII ou XIX para o escândalo nos dias atuais está no alcance da visibilidade. Como foi observado, para algo se tornar escândalo é preciso que um *não-participante* o relate e, dessa forma, gere alguma repercussão, ou no conceito de Thompson (2000), que ele pronuncie um “discurso infamante”. As alterações no alcance da mídia transformaram o estatuto do *não-participante*. Se antes a divulgação do fato era restrita aos grupos de convivência, hoje a divulgação pelos meios de comunicação alcança um grande número de pessoas.

É na posição de *não-participante*, dotado de discursos e práticas que legitimam sua atuação, que entra o campo do jornalismo. É ele que vai receber, ou produzir, esses acontecimentos e fazer com que circulem suas impressões acerca dos eventos. Portanto, o jornalista não é um relator isento, neutro e objetivo, mas alguém que é atravessado pelos discursos de auto-legitimação e pelo *habitus* do campo.

Ele não está, portanto, na posição de um relator que tem de expor as conclusões de um estudo diante de uma comissão, nem na de um especialista que deva apresentar os resultados de uma perícia ou de um estudo científico, o que exigiria um ponto de vista particular e uma instrumentação de análise exterior a especialista. A posição do jornalista é a de testemunha esclarecida, o que aumenta sua responsabilidade em relatar fielmente o acontecimento e, ao mesmo tempo, o compromete, pois a

narrativa que compõe não pode prescindir da visada de captação. (CHARAUDEAU, 2010, p.157)

Com isso, podemos dizer que o escândalo político, como uma forma de cobertura política, é também uma forma de o campo da mídia de legitimar seu poder de produzir sentido para o mundo público. Ou seja, o escândalo é uma forma de luta simbólica por legitimidade, para usar os termos de Bourdieu. (1989)

De alguma forma mostramos que como os escândalos são produzidos, mas não demos conta de como eles são narrados pela mídia. O escândalo não apenas serve como forma de autolegitimação: ele se estrutura de modo que a sua transformação em narrativa obedece aos critérios dados pelo contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2010), isto é, ele atende tanto os critérios de cidadania (aqui tomados como autolegitimação), quanto de entretenimento.

Thompson afirma que há uma estrutura sequencial aberta nos escândalos político-midiáticos. O grau de incerteza de seu desfecho é o elemento que vai manter a sua divulgação e sua permanência como assunto a ser comentado e debatido.

Os escândalos midiáticos normalmente se desenrolam por um período de tempo que é marcado pelos ritmos das organizações da mídia, com seus padrões distintos de publicação e difusão. Eles mostram também certa estrutura sequencial, no sentido que uma fase no desenrolar dos escândalos midiáticos é previsivelmente seguida por outra. E o desdobramento dos escândalos midiáticos é entrelaçado por um constante contar e recontar de histórias sobre acontecimentos (ou supostos acontecimentos) presentes no centro do escândalo. (THOMPSON, 2000, p.102)

Essa estrutura sequencial liga o escândalo exatamente à rotina produtiva do entretenimento. Há uma dramatização, uma seleção e uma descrição de personagens e cenários. Enfim, o padrão de cobertura do escândalo nega o aspecto de luta política de grupos, concentrando-se em indivíduos, apartando da discussão pública a questão política e trazendo o julgamento moral à tona.

Dessa forma, a percepção pública dos eventos políticos fica esvaziada de um conteúdo político. O receptor fica posicionado como espectador, que se sente capaz apenas de

julgar moralmente – e, sobretudo, ele referenda a mídia como a tribuna de julgamento político dos agentes envolvidos. Como afirma Thompson (2000), “essa estrutura narrativa aberta, combinada com o caráter de interesse humano do escândalo como um conto de moralidade moderna, que faz com que o acompanhamento dos escândalos seja uma fonte de prazer para alguns e um tópico de conversação para muitos”. (p.107)

Não queremos dizer com tudo isso que a recepção dos escândalos por parte dos receptores se dá de forma homogênea e que os efeitos são sempre os mesmos. A apropriação desses discursos sobre escândalos políticos na mídia será recebida de acordo com uma série de aspectos e mediações sociais nas quais os indivíduos estão inseridos.

Mas fica patente a percepção de que a mídia está no centro, senão da produção, pelo menos da circulação de discursos que de alguma forma contribuem para a percepção pública de eventos políticos.

3.4 – Mídia, enquadramento e agenda

O escândalo coloca no centro do debate a disputa entre mídia e política no que concerne a legitimidade para nomear o mundo social, ou seja, uma disputa por capital simbólico (BOURDIEU, 1989). Até aqui demos conta dessa lógica de cobertura e podemos responder com uma afirmativa, ao menos em teoria, de que há uma lógica de cobertura de eventos políticos que se baseia no drama, na personalização e no entretenimento (GOMES, 2004). Contudo, essa resposta não é suficiente: existem outros elementos que demandam discussão.

Como funcionam discursivamente os escândalos, ou seja, como se materializam as disputas entre mídia e política nos textos jornalísticos? Há um padrão? A questão central reside em qual percepção a mídia tem desses escândalos: a partir de quais posições de sujeito,

afetados por quais formações discursivas, os jornalistas produzem seus enunciados? O estudo dessa percepção será capaz de mostrar como o jornalismo produz e faz circular sentido sobre o mundo social, como ele funciona como um estabilizador de memória.

Ao falarmos de sentido nos situamos em um ponto de crítica a teoria da *agenda* (ALSINA, 2005). Acreditamos que o jornalismo não coloca em pauta apenas os assuntos, mas coloca também em quais termos eles serão discutidos (MARIANI, 1996). Com isso, nos aproximamos do conceito de enquadramento, definido como “os padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam rotineiramente o discurso, seja visual ou verbal” (GITLIN *apud* ALDÉ, 2001, p. 23)

Contudo, não é apenas o enquadramento que nos interessa, mas a produção de sentido, a estabilização da memória, em como a mídia é capaz de designar um evento e assim produzir memória sobre ele. Ao falarmos de designação nos aproximamos da noção de “fórmula discursiva” proposta por Alice Krieg-Planque (2010).

Elegemos como objeto de análise, na presente monografia, um recorte comparativo de dois escândalos políticos na *Folha de São Paulo*. “Os Anões do Orçamento” (1993) e o “Mensalão” (2005), para assim tentarmos perceber semelhanças e diferenças na construção discursiva de ambos os eventos e de como foi produzido sentido para o mundo político a partir deles. Acreditamos que, dessa forma, poderemos averiguar como acontece a disputa de poder entre mídia e política no nível simbólico e de como se produz um efeito escândalo (BOURDIEU, 1989).

O papel da mídia se dá mais na circulação de percepções do que na produção destas. Mas isso não desconsidera o papel da mídia na produção de percepção do mundo público, afinal um processo de ressemantização de falar é também uma nova produção. Segundo Krieg-Planque,

As mídias são ativas em dois sentidos: em parte, no sentido de que, de forma geral, operam uma seleção e uma filtragem (filtragem que operam sobre um material já bastante filtrado antes); e, em parte, no sentido de que a circulação a que submetem a fórmula - como diz Louis Quéré (1982: 121), que recusa um ponto de vista sistêmico e a ideologia do desempenho que o sustenta – ‘não pode ser reduzida a uma tecnologia do empacotamento e da transmissão de mensagens’. Ao contrário, deve ser vista como uma operação de transformação. (2010, p.121)

Com isso, passaremos agora a analisarmos os escândalos políticos, a fim de buscamos compreender, por evidências empíricas, essas relações de poder entre mídia e política, bem como o papel da mídia na circulação e transformação dos enunciados sobre política que circulam na sociedade.

4 – Os “Anões do Orçamento” e o “Mensalão” nas Páginas da *Folha de São Paulo*

Neste capítulo vamos analisar o processo de construção discursiva dos escândalos políticos, tendo como objeto a cobertura feita pelo jornal *Folha de São Paulo* (FSP). Nosso intuito é tentar perceber quais são as formações discursivas (ORLANDI, 2005) que sustentam os textos do jornal, buscando compreender a produção de diferentes efeitos de sentido.

Partimos da definição de que discurso é “efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI, 2005, p.21). Os efeitos de sentidos são atravessados por uma miríade de discursos outros. Por isso, para se analisar um discurso não se pode ficar preso à superfície textual, é preciso referenciá-lo em um campo de exterioridade constituído pelas condições históricas dadas no momento da enunciação e pela memória discursiva, tratada como interdiscurso.

A memória discursiva é

o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2005, p.31)

As definições anteriores servem como referencia nas análises que faremos, pois lavaremos em conta não apenas o aspecto linguístico (sintático-semântico), mas o referenciaremos exatamente nesses campos de exterioridade que tornam possível a materialização de determinados enunciados e não outros.

4.1 – Metodologia:

Há um problema inicial a ser resolvido que trata da questão do tamanho do *corpus* que será levado em conta na análise. Ambos os escândalos tiveram cobertura exaustiva da *Folha*. Os “Anões” aparecem no jornal com certa frequência durante ao menos sete meses, o

“Mensalão” com períodos de altas e baixas é pauta para o jornal ainda hoje. Dado o número de enunciados que teríamos se fôssemos nos dedicar a acompanhar toda a cobertura, resolvemos recortar e analisar a primeira semana de cobertura dos eventos. Com isso, foram analisadas um total de 14 matérias e uma entrevista no período de 7 dias de cobertura.

O recorte se mostrou vantajoso para as nossas análises, sobretudo por nos dar a possibilidade de acompanhar o início da cobertura e o processo de deslocamento de posições do jornal no discurso sobre os escândalos. A primeira semana de cobertura se mostrou suficientemente permeada por tensões entre fechamento e deslocamentos de sentido, fato que foi enriquecedor para as análises.

Porém, mesmo dentro da primeira semana ainda havia muitas matérias a serem analisadas, o que impossibilitaria um trabalho mais detalhado na superfície linguística do texto. Por isso fizemos um novo recorte, percebemos que a página 4 da FSP fazia um resumo geral das matérias sobre o escândalo, daí a maior parte dos enunciados que extraímos virem dessas matérias. Somente os enunciados dos dias 16/10/93, 17/10/93 e 06/06/2005 não foram retirados desse setor do jornal. Os dois primeiros porque o escândalo ainda não é o foco do noticiário político e só aparece no final do caderno de política. O terceiro por se tratar da entrevista concedida por Roberto Jefferson, presente nas páginas 5 e 6, que é a origem do “mensalão”.

A consulta aos jornais foi feita no site do acervo da *Folha de São Paulo* e a busca pelos escândalos fez-se a partir do sistema de busca por palavras chaves do site. Buscaram-se os termos “Anões do Orçamento” e “Mensalão” e os resultados encontrados foram separados a partir dos meses de maior incidência dos termos, para desta forma determinar quando o escândalo começou a aparecer nas páginas da *Folha*. O procedimento mostrou-se confiável, ao compararmos os resultados das buscas com o caderno político como um todo. Esta comparação nos deu a devida segurança na determinação das datas a serem analisadas.

A análise foi feita a partir da perspectiva da Análise de Discurso (ORLANDI, 2005); antecedendo essa aplicação metodológica, contudo, procedeu-se um diálogo com elementos da Linguística Textual (ADAM, 2008) e da semântica (GUIMARÃES, 2002). Esse procedimento contribuiu para a separação dos enunciados e para o aumento de rigor na análise. É feito o levantamento de categorias linguísticas e o processo de análise é referenciado aos campos de exterioridade, fazendo, dessa forma, a ponte para as questões discursivas.

Antes de nos atermos nas análises específicas dos enunciados, é necessário que tentemos dar conta da forma de como esses enunciados aparecem no jornal, isto é, em qual editoria as matérias aparecem e como o fato de estar neste local e não em outro já é de alguma forma um efeito de sentido. Para isso recorreremos à semântica da enunciação no modo como é desenvolvida por Eduardo Guimarães em “Semântica do Acontecimento” (2002). Segundo Guimarães, esta semântica procura considerar que “a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2002, p.7)

A partir dessa teoria do enunciado ele pretende estudar os processos de designação dos nomes de pessoas e de cidades.

A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história (GUIMARÃES, 2002, p.9)

Utilizaremos a noção de designação, a fim de mostrar como as matérias cobertas por determinadas editorias produzem sentido sobre aquilo que a editoria designa. Ou seja, a partir do momento em que se publicam matérias sobre escândalos na editoria de política, de alguma forma mobilizam-se elementos que fazem parte da política e que produzem determinados sentidos sobre ela.

Este ponto será notado, sobretudo no caso do “mensalão”, o que já aparece nas páginas do jornal designado como “escândalo do ‘mensalão’”. Isto não acontece em “anões

do orçamento”, que somente a partir do quarto dia de circulação começa a ser tratado como escândalo. Trabalharemos esse ponto mais detalhadamente no decorrer do capítulo.

Para melhor sistematizar a análise elegemos três interlocutores principais na separação dos enunciados. São eles: enunciados sobre aquele que acusa; enunciados sobre o escândalo; enunciados sobre os acusados (no caso, os políticos). Com essa separação estamos dando conta do aspecto narrativo descrito por Thompson (2000), no qual ele afirma que nos escândalos há uma forte tendência de dramatização.

Em relação aos três interlocutores, foi feita uma análise que fosse capaz de mostrar a construção discursiva de cada um deles. Nos discursos sobre os “acusadores” e “acusados” analisaremos o processo de *designação* (conforme conceituado acima) e a produção de anáforas. Maingueneau conceitua anáfora da seguinte forma: “Designam-se comumente esses fenômenos de retomada por relação anafórica ou **anáfora**. Neste caso, ‘anáfora’ designa qualquer tipo de retomada de uma unidade de um texto por outra do mesmo texto” (2008, p. 195). Esse procedimento nos dá a possibilidade de enxergar como a FSP situa os personagens, como ela os caracteriza.

Para analisarmos os enunciados acerca do escândalo não poderemos utilizar os mesmos procedimentos utilizados para trabalharmos as designações dos interlocutores. A verificação nesse caso se dá na descrição do posicionamento adotado pela FSP ao produzir enunciados sobre o evento. Por isso, vamos nos ater nas análises de modalização verbal.

Utilizaremos as propostas de Maingueneau (2008). Segundo o autor:

Todo enunciado possui marcas de **modalidade**; tais marcas podem se restringir ao modo verbal (o indicativo, o subjuntivo especialmente), o qual indica a atitude do enunciador face ao que diz, ou a relação que o enunciador estabelece com o co-enunciador por meio de seu ato de enunciação. O fato de todo enunciado ter um valor modal, de ser **modalizado** pelo enunciador, mostra que a palavra só pode representar o mundo se o enunciador, direta ou indiretamente, marcar sua presença por meio do que diz. (MAINGUENEAU, 2008, p.107)

Ao produzir uma determinada narrativa sobre o fato, a FSP deixa rastros de seu posicionamento em relação ao escândalo, sobretudo na maneira como se utiliza dos tempos

verbais. O estudo da modalização verbal será capaz de mostrar o distanciamento e a aproximação do jornal estudado em relação ao evento.

A separação mostra exatamente o fato de o jornal eleger seus personagens e polarizar entre eles as ações dramáticas, colocando entre eles o pano de fundo dos acontecimentos e desdobramentos do escândalo. Dada essa separação vamos procurar obter indícios de regularidades discursivas que sejam capazes de mostrar como se dá a relação do discurso jornalístico sobre a política e os escândalos em específico.

Esses procedimentos, no percurso de análise, vão ganhando novos elementos de acordo com a necessidade do objeto. Para reduzirmos o número de variáveis e aumentarmos a confiabilidade do nosso procedimento, ele será utilizado na análise de ambos os escândalos.

4.2 – O Escândalo dos ‘anões do orçamento’

O escândalo dos “anões do orçamento” apareceu pela primeira vez em outubro de 1993, nas páginas da revista *Veja*, com a entrevista concedida pelo economista e funcionário do Senado, José Carlos Alves Santos. As denúncias envolviam congressistas que no final dos anos 80, início dos 90 negociavam emendas do Orçamento Geral da União em benefício próprio.

Foram denunciadas duas formas de fraudes praticadas pelo grupo dos “anões”. No primeiro tipo, o grupo fazia emendas orçamentárias nas quais o dinheiro era remetido a entidades filantrópicas ligadas a parentes dos deputados envolvidos. No segundo tipo, o grupo fazia acordos com empreiteiras para incluir emendas de grandes obras em troca de gratificações.

A denúncia surge no momento da prisão de José Carlos Alves Santos pela Polícia Federal. Em sua casa foi encontrada uma mala com 600 mil dólares, além disso, ele era

acusado do assassinato de sua esposa, Ana Elizabeth. Na prisão ele concede entrevistas nas quais denuncia os supostos esquemas de corrupção do grupo dos “anões”. A denominação “anões” aparece como um ironia, já que os sete deputados que controlavam a comissão de orçamento da câmara eram de baixa estatura e que faziam da comissão um grande balcão de negócios.

As denúncias deram origem a uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que investigou os atos da comissão de orçamento e de deputados e senadores citados na lista divulgada por José Carlos. O rastreamento das contas bancárias feito pela CPMI derrubou o então presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB), o líder do PMDB, Genebaldo Alves e o deputado João Alves de Almeida (PMDB).

4.2.1 - Enunciados sobre o acusador:

Para conseguirmos dar conta dos enunciados e dos discursos acerca do acusador vamos considerar a semana que estamos analisando como um texto único que se desdobra no tempo. Esse procedimento facilitará a percepção de como as designações acerca do ‘acusador’ se deslocam e apontam para diferentes efeitos de sentido.

Separaremos em dois blocos de enunciados: os que tratam de artigo definido + sintagma nominal; os que tratam artigo indefinido + sintagma nominal. Há ainda o nome próprio que será também devidamente relacionado. (MAINGUENEAU, 2008)

Tipo 1 (Art. Def. + Sintagma Nominal)

E1- “**O economista**, José Carlos dos Santos, **ex-titular do departamento de orçamento da União do governo Collor**, já preparou uma lista com nomes de deputados e senadores que estariam envolvidos em irregularidades na elaboração dos orçamentos do governo dos últimos cinco anos” (FSP. 16/10/93)

E2- “**O economista** foi **um dos principais assessores** do congresso para o orçamento, setor que começou a atuar em 1985” (FSP. 16/10/93)

E3 - “**O economista** é acusado de ter matado sua mulher, Ana Elisabeth, em 1992” (FSP. 16/10/93)

E4- “as denúncias **doeconomista José Carlos Alves dos Santos.**” (FSP. 17/10/93)

- E5- **o técnico** ficou no ministério até a queda do governo Collor.” (FSP. 17/10/93)
 E6- “Em entrevista a Folha, **o ex-assessor da comissão do orçamento do Congresso** disse que as provas serão entregues à Justiça no ‘momento certo’. (FSP. 18/10/93)
 E7- “**as acusações do ex-assessor da Comissão do Orçamento e ex-diretor de Orçamento da União, José Carlos Alves dos Santos**” (FSP. 20/10/93)
 E8- “**O Acusador**” (FSP. 21/10/93)
 E9- “**O economista José Carlos Alves dos Santos**, reafirmou ontem, em depoimento a CPI do orçamento que um esquema de corrupção controla a Comissão de Orçamento do Congresso” (FSP. 21/10/93)
 E10- “**Santos, que foi assessor da Comissão de Orçamento e diretor do Departamento de Orçamento do governo Collor**, disse que o esquema era liderado pelo ex-presidente e ex-relator da comissão, deputado João Alves” (FSP. 21/10/93)

Como se pode perceber o interlocutor José Carlos Alves é tratado na maior parte do tempo como “o economista”. A formação aparece em E1, E2, E3, E4 e E9. Ao tratá-lo dessa forma a Folha de São Paulo produz uma identidade para o interlocutor, uma identidade que coloca de fora sua relação política com os acusados. José Carlos é “economista” e não político.

Essa forma de designação (art. Def +Sintagma Nominal), materializada por “o economista” coloca em questão o leitor na interpretação do enunciado. Ele necessita recorrer ao co-texto e ao contexto de enunciação para situar de quem se trata. Podemos afirmar que se trata de uma descrição genérica (MAINGUENEAU, 2008), pois ao utilizar o sintagma nominal “economista” acompanhado do artigo definido mobiliza-se todo um discurso sobre o que o é ser economista. Ao mesmo tempo ao estar inserido em uma matéria política mobilizam-se os sentidos sobre ser economista em um contexto político.

Essa relação da designação genérica “o economista” com a política é problemática. Isso fica claro nos enunciados anafóricos produzidos para José Carlos. Estes enunciados têm estruturas variadas, mas quase todos trabalham com a designação sem recurso a orações subordinadas introduzidas pelo pronome relativo “que” (exceto E8 e E10)

Os enunciados E1, E2, E5, E6, E7 mostram como é problemática a FSP na designação da relação do economista com o campo da política. Em E1 o trecho “**O economista, José Carlos dos Santos, ex-titular do departamento de orçamento da União do governo Collor**” mostra esse problema. Nesse caso, e isso se repetirá nos demais, ‘o

economista' é anaforizado por 'ex-titular do departamento de orçamento da União do governo Collor'. Essa anaforização é um deslocamento dos sentidos de economista e apresenta sua relação com a política, ao mostrar que ele tinha relações com Governo Collor. "O economista" ora terá anáforas que o colocam como afastado da política (E5), ora será anaforizado por enunciados que o aproxima da política (E1, E2, E6, E7).

Ao produzir anáforas para José Carlos dos Santos, tratando-o ora como não relacionado, ora como relacionado à política, a FSP produz uma reescritura do local e do papel desempenhado pelo interlocutor no evento. O processo de reescrituração é um processo de deslocamento de sentidos, conforme Guimarães: "a reescrituração, ao mostrar-se como dizendo o mesmo, diz outra coisa, e esta outra coisa passa a fazer parte do nome reescriturado" (GUIMARÃES, 2002, p.69)

Tratar José Carlos como economista ou técnico é designá-lo como não político. Sua posição é eminentemente técnica e não se associa à política. Ao mesmo tempo, tempo a política atravessa sua relação com a posição técnica quando se evidencia seu trabalho no congresso como "ex-secretário do Governo Collor". Nesse ponto as designações da FSP flutuam entre essas duas posições. Essa flutuação tem fim em E8, quando ele é tratado como "o acusador".

A estrutura repete a já descrita para "o economista", o que diferencia é o efeito de sentido que produz. A FSP o posiciona como acusador. Essa designação sintetiza as duas posições que estamos trabalhando, a política e a não-política. Ao ser designado como acusador, José Carlos tem agregado aos sentidos associados a ele o fato de estar envolvido no escândalo, ser economista e ter trabalhado como ex-assessor do congresso. Seu envolvimento é o de ser agente da acusação, ou seja, aquele que denuncia. Sua voz é que deve ser ouvida, pois a "revelação" do escândalo se dá por ele.

E10 é o enunciado que destoa em estrutura dos demais. Ele se utiliza da oração subordinada para explicar o cargo que José Carlos possuía. Esse procedimento é uma marca do sujeito na enunciação, a utilização do pronome relativo “que” mostra que o jornalista se desdobra para poder explicar de quem se está falando. Basta comparar E1 com E10 e vamos perceber que os efeitos de sentido produzidos são diferentes. E1, e os demais que se assemelham, é uma designação bem definida, no qual o sujeito enunciador se apaga, em E10 o sujeito é visto e se desdobra na explicação daquilo que está designando.

Tipo 2 (Art. Indef. + Sintagma Nominal)

E11 - “**O economista** foi **um dos principais assessores** do congresso para o orçamento, setor que começou a atuar em 1985” (FSP. 16/10/93)

E12 - Ricardo Fiuza disse que sua palavra ‘não pode ser confrontada com a de **um bandido que matou a própria mulher.**’(FSP. 16/10/93)

E13 - “Mauro Benevides também nega as acusações: ‘A palavra de **um elemento desqualificado** não pode valer mais do que a de importantes lideranças políticas’” (FSP. 16/10/93)

E14 - “Genebaldo Correia disse à Folha **que José Carlos perdeu a razão. Deve estar se sentindo perdido, sem alternativa**” (FSP. 16/10/93)

E15 - “Ele afirmou que se considera **um ‘arquivo ambulante’**” (FSP. 16/10/93)

E16 - “Hoje, considera-se **um ‘arquivo ambulante’** e teme por sua vida.” (FSP. 17/10/93)

E17 - Deputado Flavio Derzi (PP- MS) um dos envolvidos na lista: “disse ontem que recebeu as notícias com ‘estranheza ‘ e que seu relacionamento com **José Carlos dos Santos** sempre foi ‘puramente funcional’. ‘Ele sempre foi tido como **um técnico de extrema competência**’ (FSP. 17/10/93)

As análises feitas para a estrutura anterior continuam valendo para a essa, as posições políticas e não políticas continuam produzindo efeito. Contudo, a estrutura com “artigo indefinido” cumpre uma função diferente. Ao se utilizar das designações com esse recurso, o locutor retira do referente o elemento particular que o caracterizava como único. (MAINGUENEAU, 2008). Dessa forma, o uso do “artigo indefinido” servirá para agregar novos elementos na narração do fato.

Se nos atentarmos nas datas de ocorrência dos enunciados podemos perceber que eles aparecem somente nos dois primeiros dias da cobertura do escândalo, Ou seja, um momento em que os personagens ainda estão sendo delineados e devidamente apresentados. Essa é uma das funções dessa estrutura, ele é um recurso genérico, como afirma Manigueneau

(2008): “o grupo nominal indefinido faz referência não a um indivíduo, mas a *uma classe*”(p.189)

Os enunciados E11 e E17 repetem aquilo que dissemos anteriormente, o designam a partir da classe na qual trabalha o agente principal. Porém, aqui essas anáforas não se referem especificamente a o indivíduo, mas à classe em que ele pertence. Ao dizer que ele é “um assessor” mostra-se que ele é um dentre outros.

Os novos elementos designativos aparecem em E12, E13, E14, E15 e E16. A diferença é que eles estão marcados por heterogeneidades. Em E12, E13 e E14 as designações não provém diretamente do enunciador jornalista, mas de fontes políticas. O “acusador” ao ser tratado pelas falas dos políticos é designado como: “um bandido”; “um elemento desqualificado”; “deve estar se sentindo perdido”. Esses enunciados procuram agregar elementos na re-textualização que agregam valores desqualificantes a José Carlos. Para os políticos ele não é um técnico, ou ex-assessor, ele é “um bandido”.

Os enunciados E15 e E16 mostram a maneira como José Carlos designa a si próprio: “um arquivo ambulante”. Esta designação é um efeito de pré-construído (ORLANDI, 2005). A posição de “acusador”, de aquele que possui verdades a serem reveladas, é atravessada pelo discurso de que ele deve ser mantido em segurança, gerando outro efeito que se materializa em “teme por sua vida”. Com isso, ele faz frente aos enunciados produzidos pelos políticos. Afirmar-se “arquivo” acompanhado de determinados verbos ilocutórios é de alguma forma criar uma ameaça àqueles que são acusados.

Um ponto a ser colocado em questão é que essas designações perdem força nos enunciados do jornal. Será predominante, ao menos no período recortado, as distinções apontadas nas designações com “artigo definido + sintagma nominal”. Os efeitos de sentido criados nesse bloco perderão força nas páginas da FSP.

4.2.2– Sobre o Escândalo

Há uma consideração geral a ser feita que servirá de guia para a separação dos blocos de enunciados a seguir. Existem dois tempos verbais predominantes nos enunciados da FSP: o presente e o pretérito do indicativo, e há um aparecimento pequeno do futuro simples. O pretérito desmembrado pode ser desmembrado em futuro do pretérito e pretérito perfeito. A utilização conjunta desses tempos faz com que o texto possa ser dividido em planos nos quais a ação acontece.

Os tempos no pretérito criam o plano de fundo da narração do evento, eles servem para descrever os acontecidos sem fazer com que a ação se desloque. Esse plano serve de base para os verbos no tempo presente desenvolverem a descrição das ações. Esses dois planos se relacionam e sua descrição será feita em separado apenas por uma questão formal de análise. Essa separação dos planos nos serve como descrição geral do funcionamento dos enunciados. Estamos interessados em mostrar como o uso desses verbos dão indícios da posição da FSP em relação ao escândalo.

Tipo 1: Os Verbos no Futuro do Pretérito do Indicativo

E18: Os parlamentares **manipulariam** as verbas para programas genéricos, que **apareceriam** no Orçamento sem destinação específica para municípios ou obras. Outra fraude **seria** o desvio da verba destinada a entidades filantrópicas (FSP: 16/06/93)

E19: Outra suspeita é de que os parlamentares envolvidos **negociariam** com empresas e empreiteiras a distribuição de verbas de programas do governo. Além disto, **'carimbariam'** para entidades escolhidas por eles as verbas de programas sociais. (FSP: 17/06/93)

E20: Algumas dessas entidades, segundo a denúncia, **teriam** sido criadas por parlamentares exclusivamente para desviar dinheiro público. (FSP: 17/06/93)

E21: A lista começa pelo relator da comissão, Ricardo Fiúza (PFL-PE) que **teria incluído** 170 emendas de sua autoria, após aprovação do texto (FSP: 18/06/93)

Conforme afirmamos acima, os verbos utilizados no pretérito formam o pano de fundo da enunciação. Eles funcionam como elementos que descrevem fatos passados que

motivam as falas do presente. Estas falas no presente fazem com que a enunciação progrida, consiga mobilizar novos elementos.

Podemos observar que o aparecimento dos verbos no Futuro do pretérito foi bastante restrito tanto em ocorrência quanto temporalmente nas matérias da FSP. Há apenas 4 enunciados que se utilizam desse tempo e somente durante um período de três dias (os três dias iniciais das denúncias).

O uso do futuro do pretérito acontece quando se quer expressar algum tipo de dúvida ou incerteza em relação àquilo que se fala. Nesse caso, o seu uso nos indica certo distanciamento da FSP em relação às denúncias de José Alves. Ao recorrer a esse modo verbal o jornal cria um ponto de vista diferente daquele assumido pelo acusador. Ou seja, neste momento ainda não há uma igualdade de posição entre a Folha e aquele que acusa.

Esse distanciamento pode ser explicado de duas formas: primeiramente pelo fato de tais verbos criarem esse efeito de distanciamento, este efeito marca a posição do jornal como um relator desconfiado dos fatos. Ele apela para a memória discursiva da narração jornalística como uma narração marcada pelo não envolvimento com os fatos, por se colocar em uma posição externa.

O distanciamento pode também ser explicado se apelarmos para o contexto imediato do escândalo. O escândalo não aparece pela primeira vez nas páginas da FSP, a revista VEJA que começa a desencadear as denúncias. Por isso, distanciando-se inicialmente da posição de acusador, a FSP se afasta da posição da revista VEJA, tentando construir seu ponto de vista sobre o fato. Isso tem importância econômica para o jornal. Porém, como veremos, rapidamente esse tempo verbal perde força e a FSP assume o discurso do acusador como seu.

Há uma ocorrência que merece destaque. O uso de ‘carimbariam’ entre aspas. Segundo Althier-Revouz (1998), o uso de aspas indica que outros sentidos afetam a palavra

aspeada. Com isso, o uso de aspas nesta palavra mostra que seu uso corrente pertence a outro campo de enunciação que não coincide com aquele que foi inserido. O ato de carimbar nesse contexto é afetado pela sua inserção em um contexto de escândalo político e sua interpretação pelo leitor será afetada por esse contexto.

Tipo 2: Os Verbos no Pretérito Perfeito do Indicativo

- E22:** “A Folha **apurou** que Santos **tenciona denunciar** pelo menos duas modalidades de fraude no Orçamento. (FSP: 16/06/93)
- E23:** “Uma das suspeitas é de que Santos **recebia** propinas para garantir a inclusão de emendas no orçamento, mesmo depois da aprovação da lei orçamentária pelo plenário do Congresso” (FSP: 17/06/93)
- E24:** “Santos **negociava** emendas com Fiúza” (FSP: 17/06/93)
- E25:** “Vários deputados **testemunham** que as emendas ao projeto **eram negociadas** com os dois no apartamento do próprio parlamentar”. (FSP: 17/06/93)
- E26:** “Segundo o relato de um ex-diretor de uma grande construtora do país, o primeiro passo do Lobby no Legislativo **era entregar** uma emenda redigida a um parlamentar que estivesse devendo um favor, para que ele a apresentasse (FSP: 18/06/93)
- E27:** “ ‘Sete anões’ **controlavam** o orçamento” (FSP: 19/06/93)
- E28:** Deputados **manipulavam** aprovação de emendas ao Orçamento da União” (FSP: 19/06/93)
- E29:** “As manobras do grupo dos ‘sete anões’ sobre os orçamentos da União **começavam** nas salas da lideranças do PMDB e PFL, que se **revezavam** na presidência e relatoria da comissão de Orçamento.” (FSP: 19/06/93)
- E30:** “Os ‘anões’ **dividiam** entre si as sub-relatorias referentes aos ministérios e órgãos públicos mais bem dotados de recursos” (FSP: 19/06/93)
- E31:** “As sub-relatorias que **caíam** nas mãos de gente estranha ao grupo dos ‘sete anões’ **acabavam virando** peça de decoração” (FSP: 19/06/93)
- E32:** “Para evitar riscos, os ‘anões’ **cuidavam** de apresentar o parecer final na última hora.” (FSP: 19/06/93)
- E33:** “**Faziam** parte do grupo dos ‘sete anões’ os deputados João Alves (PFL-BA), Genebaldo Correia (PMDB-BA), Cid Carvalho (PMDB-MA), Manoel Moreira (PMDB-SP), José Geraldo Ribeiro (PL-MG), José Carlos Vasconcelos (PRN-PE) e Ubiratan Aguiar (PMDB-CE)” (FSP: 19/06/93)
- E34:** “Santos **disse** que o esquema de corrupção **funcionava** de duas formas. A primeira fonte de irregularidades **eram** subvenções sociais genéricas. Segundo ele, essas verbas **apareciam** nos orçamentos de vários ministérios e **eram** sempre utilizados pelo esquema” (FSP: 21/06/93)
- E35:** “Santos **mencionou** uma terceira forma de acerto, **funcionando** dentro do Executivo. Segundo ele, o Ministério da Economia **incluía** já na proposta orçamentária **enviada** ao Congresso destinações de verbas de interesse dos deputados da Comissão do Orçamento” (FSP: 21/06/93)
- E36:** “Já naquela época, **corriam** pelos corredores do Congresso os nomes dos parlamentares que **estariam** negociando comissões com as empreiteiras em trocas de emendas ao orçamento: Cid Carvalho (PMDB-MA), Genebaldo Correia (PMDB-BA), João Alves (PFL-BA), Manoel Moreira (PMDB-SP), José Geraldo Ribeiro (então no PMDB de Minas) e José Carlos Vasconcelos (então no PFL de Pernambuco). Todos citados na lista apresentada por José Carlos Alves dos Santos semana passada, entre os que **recebiam** dinheiro da comissão” (FSP: 18/06/93)

Fica claro que o tempo verbal predominante na FSP quando descreve ações relativas ao escândalo é o pretérito perfeito do indicativo. Este tempo é utilizado para descrever eventos que realmente aconteceram, em relação aos quais há certeza de terem ocorrido da forma como foi dita. Utilizando-se desse tempo, portanto, a Folha constrói seu

ponto de vista sobre o assunto não mais em desconfiança em relação ao acusador, mas em igualdade com ele. As falas de José Alves são assumidas pela FSP como suas.

Dados esses pontos, a nossa interpretação seria esvaziada se somente nos limitássemos a dizer o que indica o uso desse tempo. É importante mostrar os efeitos de sentido que o uso de determinados verbos nesse contexto é capaz de gerar. Para isso, vamos recorrer à pragmática e aos atos de fala. (OSAKABE, 1979)

Para essa corrente de análise

O sujeito falante procede a três atos fundamentais no momento em que fala: primeiramente, ele procede a um ato de locução (fonética, gramatical e semântica); em segundo lugar, ele procede a um ato de ilocução (produzido pelo próprio ato de falar, palpável, por exemplo, no caso dos performativos, quando num enunciado do tipo ‘eu prometo’, o ato ilocucionário da promessa se realiza *em dizendo-se*); e, em terceiro lugar, o ato e *perlocução* (produzido pelo *fato* de dizer, isto é, em decorrência do ato de dizer). (OSAKABE, 1979, p.56-57)

Apesar de não concordarmos com a percepção implícita de que o sujeito é senhor de seu dizer, a percepção de que o dizer implica a realização de um ato nos será útil na interpretação desses enunciados. Na perspectiva que adotamos estes atos produzidos não devem ser referenciados somente nas intenções dos sujeitos participantes do ato de enunciação, mas devem ser remetidos a uma memória discursiva que produz seus efeitos de sentido e sujeitos. (ORLANDI, 2005)

Os enunciados da FSP visam criar um clima de tensão entre os envolvidos. O principal enunciado que vai guiar a produção dos outros é E22, sobretudo o uso da locução “tenciona denunciar”. A maior parte das informações é dada aos poucos e sempre mantendo o clima de denúncia. Podemos dizer que o “ato ilocutório” principal é o de praticar uma denúncia. Esse fato corrobora o fato de não haver mais diferença entre a posição da FSP e do acusador.

O ato de denunciar afetará toda a descrição do escândalo. A FSP procura descrever todo o escândalo como um processo de negociação que acontecia à margem dos

eventos oficiais do congresso. Daí o uso de verbos como “negociar” (E24 e E25) e verbos relacionados ao ato de negociar como “receber” e “entregar” (E23 e E26). Dessa forma, ao descrever o processo de negociação a partir desses atos dá-se um efeito de denúncia.

O efeito de denúncia é ligado ao fato de que para denunciar é preciso perceber que algo está acontecendo fora de uma lei que rege os comportamentos, ou seja, é preciso que alguém testemunhe a não obediência, daí o ato de testemunhar ser outro alicerce desse efeito, ele pode ser observado em E25. Quem testemunha não é o jornal, mas “alguns deputados”.

O ato de denunciar será importante para descrever a atuação dos ‘anões do orçamento’⁴. O principal ato que dará conta da atuação dos ‘anões’ é “controlar”. De fato, a descrição da atuação do grupo será para mostrar a forma como eles faziam para controlar todo o processo de votação do orçamento. O ato de controlar ligado à denuncia vai gerar descrições como as que aparecem em E27, E28, E29, E30, E31, E32 e E33. Verbos como “cuidar”, “manipular”, “cair” e “dividir” ligados ao sentido de controle vão dar conta de mostrar a coesão do grupo e de como sua atuação era conjunta no sentido de aprovar o orçamento de acordo com seus interesses.

Os enunciados E34, E35 e E36 mantêm o ato de denúncia ligado à descrição dos acontecimentos. Em E36 há o uso do Futuro do Pretérito, gerando um efeito de distanciamento, porém ligada a uma descrição ainda mais anterior do que os fatos relatados.

Enfim, percebemos que a presença de dois atos ilocutórios que afetar a produção dos enunciados sobre o escândalo. O ato de “denunciar” quando se relata a forma como os envolvidos atuavam e o ato de “controlar” quando se fala sobre a atuação específica do grupo dos “anões”. Porém, há um ato maior que é capaz de abrigar os dois atos e que se liga ao discurso de auto-legitimação do jornalismo. O ato de “revelar” perpassa toda a construção dos enunciados.

⁴ No período que estamos analisando o escândalo ainda não foi designado como “anões do orçamento” isso só acontecerá posteriormente, contudo há indicações que podem ser úteis para uma futura análise das designações dos “anões do orçamento”.

Todas as descrições colocam em ato a revelação do escândalo. Há um efeito de que os atos denunciados acontecem em uma esfera restrita, à margem da lei e o ato de revelar o que acontece nesse local gera a denúncia. É, portanto, a revelação o ato de fala predominante na construção dos efeitos de sentido capazes de produzir o escândalo.

4.2.3 – Sobre os “acusados”

A análise sobre os enunciados referentes aos “acusados” de participarem do escândalo seguirá os mesmos procedimentos metodológicos descritos para os enunciados sobre o “acusador”. Vamos analisar as designações e seu processo de reescritura (GUIMARÃES, 2002), dando enfoque, sobretudo no processo de anaforização. As separações serão as mesmas, dado esse ponto, julgamos desnecessário repetirmos a descrição dos procedimentos. Apenas quando houver algum elemento novo retornaremos à teoria.

Trabalharemos o processo de anaforização de palavras como ‘deputados e senadores’, ‘políticos’, ‘acusados’ e outras que se relacionem a esse universo. Essa análise nos permitirá investigar como os diferentes efeitos de sentido são construídos e, além disso, perceber como a FSP produz sentido para o mundo político. Esse processo será de grande valia para buscarmos a compreensão de quais são os discursos que atravessam os enunciados da FSP.

Há uma especificidade nos enunciados sobre os “acusados” em relação a caracterização do “acusador”. Nesses enunciados não há a estrutura “art. Indef. + sintagma nominal”. As designações são todas baseadas na estrutura que se utiliza do artigo definido, dando conta de que há uma classe específica que age e sofre as ações e que carrega consigo, ao ser designada dessa forma, toda uma memória discursiva sobre o que é ser tal coisa.

A partir dessa consideração poderemos recortar “os políticos” como o núcleo rígido do qual parte as anáforas produzidas. A partir do núcleo “os políticos” partem todas as outras designações. Apesar de não ser o primeiro a aparecer, acreditamos que esse núcleo é o elemento anaforizado, já que as outras designações são elementos do corpo político, podendo ser consideradas como anáforas associativas (ADAM, 2008). Ou seja, anáforas que tomam uma parte do todo dito anteriormente, é um tipo de anáfora infiel. (ADAM, 2008, p.141)

E1- “O economista, José Carlos dos Santos, ex-titular do departamento de orçamento da União do governo Collor, já preparou uma lista com nomes **de deputados e senadores que estariam envolvidos em irregularidades na elaboração dos orçamentos do governo dos últimos cinco anos**” (FSP: 16/10/93)

E13 - “Mauro Benevides também nega as acusações: ‘A palavra de um elemento desqualificado não pode valer mais do que a **de importantes lideranças políticas**’” (FSP: 16/10/93)

E37 - “A relação inclui **congressistas** como o ex-presidente da Câmara, Mauro Benevides (PMDB-CE), o ministro da Ação Social, Ricardo Fiuza (PFL-PE), o líder do PMDB na Câmara, Genebaldo Correia (BA), e **os deputados** João Alves (PFL-SE) e Fábio Raunheitti (PTB-RJ)” (FSP: 16/10/93)

E38 - “Em diálogo telefônico que mantiveram ontem a noite, Mauro Benevides e Genebaldo Correia concluíram que José Carlos pode estar acusando **os políticos** para desviar a atenção hoje concentrada em seus próprios crimes” (FSP: 16/10/93)

E39 - “**Políticos** rebatem acusações” (FSP: 16/10/93)

E40 - “Os **políticos que integram a lista elaborada por José Carlos Alves dos Santos** reagiram com indignação à acusação de que estariam envolvidos em irregularidades supostamente praticadas pela comissão do orçamento” (FSP: 16/10/93)

E41 - “**Câmara** decide investigar” (FSP: 16/10/93)

E42 - “A ameaça do ex-diretor da Assessoria de Orçamento do Senado, José Carlos do Santos, de delatar **as pessoas** que o ajudaram a obter ilicitamente cerca de US\$ 1,2 milhão, movimentou **os parlamentares** que estavam ontem em Brasília” (FSP: 16/10/93)

E43 - “**Congresso** abre CPI para apurar denúncias” (FSP: 17/10/93)

E44 - “Se comprovadas as acusações de José Santos, **parlamentares envolvidos** podem ter mandato cassado” (FSP: 17/10/93)

E45 - “**O Congresso Nacional** vai abrir uma CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito mista, para investigar o escândalo do orçamento” (FSP: 17/10/93)

E46 - “**Os Parlamentares envolvidos** podem ter **seus** mandatos cassados.” (FSP: 17/10/93)

E47 - “**Lucena e Inocencio** acertaram a estratégia de ação do **Congresso** na noite de sexta-feira e marcaram uma reunião para amanhã, às 10h, onde deve ser formalizada a criação da CPI”(FSP: 17/10/93)

E48 - “**Todos os parlamentares incluídos na lista**, ouvidos pela Folha, negaram qualquer envolvimento com irregularidades na área do orçamento. (FSP: 17/10/93)

E49 - “Em diálogo telefônico na noite de sexta-feira, **Mauro Benevides, ex-presidente do Congresso** e atual líder do PMDB no senado, e Genebaldo Correia, líder do PMDB na câmara, manifestaram a preocupação de que o episódio acabe por liquidar com **a imagem do Congresso**” (FSP: 17/10/93)

E50 - “**Parlamentares** temem prejuízo à revisão” (FSP: 17/10/93)

E51 - “**O Congresso Nacional** teme que o escândalo envolvendo a comissão de orçamento prejudique a revisão constitucional” (FSP: 17/10/93)

E52 - “**O Deputado José Genoíno** (PT-SP) disse que ‘para salvar **o Congresso** o caso não pode ser acobertado’. Ele acha que as denúncias de Santos ‘não ameaçam apenas a revisão, mas **o próprio Congresso**’. Segundo Genoíno, ‘o pior que **o Congresso** pode fazer é encobrir o caso. Só a investigação séria e a punição dos eventuais culpados podem preservar **o parlamento**’ (FSP: 17/10/93)

As designações da FSP, em relação aos acusados, oscilam entre o específico e o genérico. Ora ela trata de “deputados e senadores” (E1), ora ela trata como um bloco

homogêneo único, como “os políticos” (E39, E40), além de tratar como a instituição, sobretudo quando ela visa destacar alguma reação ao acontecido, como em E41, quando ela fala de “Câmara decide”.

Nesse início de descrição dos envolvidos a posição da FSP é novamente dúbia. Ela mostra inicialmente qual a posição ocupada por aqueles que estão sendo acusados. São deputados e senadores ligados à comissão de orçamento (E1). Há que se notar um ponto, as designações da FSP em relação aos políticos são genéricas quando ela está descrevendo a lista feita pelo acusador. Isso ocorre em E1, E13, E37, E38, E39, E40, E42, E44, E46, E48 e E50.

Nos enunciados que apresentam os envolvidos a designação é genérica. Eles inserem os acusados como políticos e em alguns casos especificando sua posição, como membros do legislativo. Nesse caso, “políticos”, “deputados e senadores”, “congressistas” e “parlamentares” designam a mesma coisa, as pessoas reais envolvidas no escândalo. Dessa forma, podemos dizer que para a FSP o escândalo afeta somente o corpo político, mas não parte da instituição. São essas pessoas as responsáveis pelo evento, apesar da designação ser genérica ela deixa claro que não é a instituição a responsável pelo escândalo, mas aqueles que estão inseridos nela.

A designação a partir da instituição aparece em E41, E43, E45, E47, E51 e E52. Esses enunciados tratam basicamente da reação aos acontecidos. Ao anaforizar políticos pela instituição, a FSP mostra que a reação não é das pessoas, mas de algo que está acima delas. A posição é novamente dúbia, a FSP trata da instituição sem considerar de fato seus agentes. É o Congresso que reage, não setores do Congresso. É o congresso contra os políticos, já que esses são os culpados pelos eventos. Há, portanto, uma separação entre instituição e agentes dessa mesma instituição. Esta será desfeita no decorrer dos dias.

E53 - “**Acusados** coordenaram orçamento de 1992” (FSP: 18/10/93)

E54 - “**Dez dos 23 parlamentares acusados** pelo economista José Carlos dos Santos ocuparam postos-chave na comissão mista que elaborou o orçamento de 1992.” (FSP: 18/10/93)

E55 - “**A maior parte dos acusados** tratava de áreas estratégicas em termos de volume de recursos envolvidos e aproveitamento eleitoral das verbas”(FSP: 18/10/93)

E56 - “**O mesmo congresso que** derrubou o ex-presidente Fernando Collor de Mello foi posto na berlinda” (FSP: 19/10/93)

E57 - “**Crise no Legislativo**” (FSP: 20/10/93)

E58 - “**O Congresso** instala hoje às 10h a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) criada para investigar as acusações do ex-assessor da Comissão do Orçamento e ex-diretor de Orçamento da União, José Carlos Alves dos Santos, contra políticos que teriam participado de um esquema de corrupção com verbas do Orçamento da União” (FSP: 20/10/93)

E59 - “**Alguns deputados e senadores que participaram da CPI do Collor** gate temem a formação de uma nova tropa de choque para tentar obstruir as investigações” (FSP: 20/10/93)

A aparição do enunciado “Acusados” em E53 desfaz a contradição existente entre instituição e agentes. Os acusados serão anaforizados por parlamentares e começa a haver uma separação interna. Já não há mais generalização, são os “parlamentares acusados” (E54). Essa consideração leva a FSP a afirmar que o Congresso está na Berlinda (E56). Ou seja, o escândalo começa a afetar a instituição. A consideração de E56 quando relembra o papel do Congresso no processo contra Collor, mostra que os pontos positivos foram perdidos. É a crise no Legislativo (E57).

E58 mantém a estrutura de reação da instituição, contudo E59 já evidencia que a reação deixou de ser apenas tratada como do Congresso e passa a haver agentes que se dedicam a ela. Com isso, associado com o acontecimento da CPI, as designações deixam de ser genéricas e passam a ser tratadas como peças em um jogo de guerra. Há grupos que brigam em torno dos acontecimentos e há a personalização do acusado. Aparece como principal personagem o deputado João Alves. Este já aparecia desde o início, todavia, somente no final da primeira semana ele assume a condição de principal acusado.

E60 - “**O grupo ‘investigador’** se reúne amanhã para traçar a estratégia de trabalho. Seus integrantes querem garantir apuração total das denúncias do ex-assessor da Comissão de orçamento, José Carlos Alves Passos” (FSP: 20/10/93)

E61 - “Santos dividiu **os políticos em duas categorias: os que ele tem certeza que receberam propinas, e os que conheciam o esquema**, indicavam entidades beneficiárias de liberações de verbas públicas, mas que não sabe se entravam na distribuição da propina a não ser por declarações de João Alves” (FSP: 21/10/93)

E62 - “**Há um terceiro grupo de parlamentares sobre o qual ninguém perguntou diretamente a Santos o tipo de envolvimento que teriam com o esquema**” (FSP: 21/10/93)

E63 - “Depoimento de Alves gera pânico **no Congresso**” (FSP: 22/10/93)

E64 - “**Os 584 deputados e senadores que compõem o Congresso Nacional** foram dormir ontem em estado de pânico, ante a perspectiva do depoimento, esta manhã, **do deputado João Alves, principal suspeito do escândalo do orçamento.**” (FSP: 22/10/93)

E65 - “Ocorre que **João Alves é definido como ‘louco’** pelo ex-senador Jorge Bornhausen, presidente nacional do PFL, e como **‘megalômano’** por seu conterrâneo Antonio Carlos Magalhães, governador da Bahia” (FSP: 22/10/93)

- E66 - “Teme-se, por isso, que **o deputado**, sob fogo cerrado, resolva acusar **tanto culpados como inocentes**” (FSP: 22/10/93)
- E67 - “Uma eventual metralhadora giratória nas mãos de João Alves **comprometeria o Congresso como um todo** e escancararia o já latente risco institucional” (FSP: 22/10/93)
- E68 - “Por isso mesmo, **as principais lideranças do Congresso** afiam facas para cortar cabeças de **seus pares**, na tentativa de evitar que **a instituição** seja tragada pela crise” (FSP: 22/10/93)

O enunciado E60 é a marca de que a FSP passa a tratar o Congresso como dividido entre aqueles que investigam e aqueles que são acusados. Os enunciados seguintes vão designar e categorizar os políticos em categorias de acordo com o envolvimento no escândalo. (E61 e E62). Ou seja, as designações dão conta de que há no congresso aqueles que acusam, aqueles que sabem do “esquema”, aqueles envolvidos no esquema. Enfim, toda a instituição está de alguma forma envolvida no escândalo.

Em E63 e E64 o principal suspeito é apresentado como personagem, ele é anaforizado por “principal suspeito do escândalo do orçamento”. Ele é o agente que causa temor nos congressistas. Um ponto a se notar é o de que os enunciados que foram usados para caracterizar o “acusador” pelos políticos retornam para designar o “acusado”, isso se materializa em E65.

E68 merece ser destacado, é o único enunciado a colocar tanto agentes quanto instituição como pertencentes a um mesmo patamar. Essa forma aponta para aquilo que falamos de como a FSP desfaz a contradição instalada em seus primeiros dias de entrada no escândalo. Essas constatações são válidas também para o escândalo do mensalão? É o que se discute a seguir.

4.3 – O Escândalo do “mensalão”

Conforme dito anteriormente, a análise do caso “mensalão” seguirá o mesmo padrão utilizado no caso dos “anões do orçamento”. Separaremos três blocos de enunciados no qual analisaremos as designações, no caso dos personagens do acusador e do acusado, e os

tempos verbais utilizados na descrição das ações que indicam o escândalo. Dessa forma, poderemos construir com mais proximidade um quadro comparativo e tentar perceber se existe um padrão na construção dos escândalos.

O escândalo do “Mensalão” aparece pela primeira vez na entrevista dada pelo deputado Roberto Jefferson (PTB) para a Folha de São Paulo, em maio de 2005. Nela, o deputado acusava parte do governo de pagar uma mesada para que partidos da base aliada votassem a favor das propostas do governo. O principal acusado foi o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares e o Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu.

O escândalo envolvia lavagem de dinheiro por meio de agências publicitárias e bancos, os quais liberavam verbas para o suposto pagamento da mesada. As denúncias surgem em meio a CPI dos correios, na qual o PTB estava diretamente envolvido. O escândalo do mensalão ganhou proporções enormes, afetando diretamente o governo e seus correligionários. A cada dia de cobertura, novos nomes apareciam e novas denúncias eram feitas (nem todas eram bem fundamentadas).

Foram envolvidos nas denúncias, publicitários (Marcos Valério), funcionários do Banco Rural, ministros, senadores e deputados, totalizando 39 acusados, deste total 3 tiveram seus direitos políticos cassados. Um ano após a denúncia inicial, o caso foi para o Supremo Tribunal Federal (STF), que delegou a função de relator para o Ministro Joaquim Barbosa. Em 2012, após seis anos do momento em que o processo chegou ao STF, ele está sendo julgado.

4.3.1 – Sobre o acusador

Para analisarmos os enunciados que caracterizam o “acusador” manteremos o padrão já utilizado na análise dos “anões do orçamento”. Vamos considerar as matérias

publicadas na semana que estamos analisando como um texto único. Esse procedimento analítico serve para facilitar a percepção de como as designações se deslocam no tempo e produzem diferentes efeitos de sentido.

Há, contudo, um ponto de diferenciação no “mensalão”. Os enunciados acerca do “acusador” não se prolongam no tempo como em “anões”. Eles são concentrados em três dias, nos quais Jefferson está no centro no noticiário. Um ponto a se destacar é o fato de haver um apagamento entre a FSP e Roberto Jefferson. O texto no qual a FSP descreve a entrevista é praticamente uma cópia das falas que irão aparecer na entrevista. Isso mostra, que ao falar com e de Roberto Jefferson a FSP fala de si mesma no papel de acusadora. Passemos aos enunciados.

- M1:** “Jefferson denuncia mesada paga pelo tesoureiro do PT” (FSP: 06/06/2005)
M2: **Acusado** no caso dos Correios, **deputado do PTB** reage e ataca governo Lula e base aliada (FSP; 06/06/2005)
M3: “**Roberto Jefferson** cumpriu a promessa de que falaria. E falou muito” (FSP: 06/06/2005)
M4: “**O deputado** falou sempre de **forma ponderada** e em nenhum momento deixou de **aparentar segurança e tranqüilidade**” (FSP: 06/06/2005)
M5: “**O deputado**” (FSP: 06/06/2005)
M6: “**Petebista** liderou tropa de choque de Collor” (FSP: 06/06/2005)
M7: “**Ele** foi investigado pela CPI do orçamento” (FSP: 06/06/2005)
M8: “Em 1993, **seu nome** foi citado entre os envolvidos no esquema de propina na Comissão do Orçamento”(FSP: 06/06/2005)
M9: “Após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, disse que, apesar das diferenças, **PTB e PT** se uniram ‘com afeto’ (FSP: 06/06/2005)
M10: “**Serenamente eu** já tenho o caminho traçado: não me preocupa mais o mandato, não vou brigar por ele. Só não vou sair disso como **um canalha, porque eu não sou**” (FSP: 06/06/2005)
M11: “**Militante da tropa de choque do presidente Fernando Collor, o performático Roberto Jefferson**, 51, sobreviveu a momentos turbulentos da política nacional”(FSP: 06/06/2005)
M12: “No PTB, enquanto parte da cúpula partidária pressiona **Jefferson** para que se afaste da **presidência da legenda, o deputado** faz novas ameaças. Por meio de parlamentares que o visitaram, disse que tem provas sobre o que disse à Folha e que irá apresentá-las na CPI” (FSP: 08/06/2005)
M13: “**Levado** ao centro do noticiário pelos escândalos nos Correio e no IRB e transformado em **pivô da pior crise política enfrentada por Lula** a partir da denúncia do ‘mensalão’, **Jefferson** nega ter gravações comprometedoras contra as autoridades do governo, contrariando os rumores que tomaram conta de Brasília ao longo da semana. ‘Tenho a palavra e a vivência desta relação de dois anos e meio com o governo do PT’ (FSP: 12/06/2005)
M14: “**O deputado** diz não temer por sua segurança. ‘Se fizerem alguma coisa **comigo**, cai a República’ (FSP: 12/06/2005)

Os enunciados que caracterizam o “acusador”, o deputado Roberto Jefferson, partem de um aspecto de reação às denúncias que começam a afetá-lo, estas estão ligadas à CPI dos Correios. Esse tom de reação e de contra-ataque afeta diretamente a forma

como a FSP o designa. As descrições da FSP estão permeadas de adjetivos e advérbios que visam situar o leitor em relação às falas que o deputado fará. Essa estrutura aparece em M4, M10 e M11.

Ao se utilizar dessas descrições pretende-se um efeito de sentido de presença. Como se o leitor fosse a testemunha da entrevista que está sendo realizada. Formam-se com isso dois planos que posiciona os envolvidos nessa narração. Em um plano se situa a FSP e Roberto Jefferson, os quais estão imbuídos da tarefa de acusar e apresentar as denúncias, a partir desse local cria-se o local de cúmplice, ou de testemunha desse evento para o leitor. Essa forma de descrição reforça o fato de que desde o início a FSP se posiciona de forma a acatar as denúncias do acusador sem presença de contraditório.

Quando não é designado pelo nome, o acusador na maior parte do tempo é tratado como “o deputado” (M2, M4, M5, M12 e M14). Conforme afirmamos anteriormente, o uso da estrutura “artigo definido + sintagma nominal” (MAINGUENEAU, 2008), pode ser interpretada a partir do contexto. Para que o leitor situe Roberto Jefferson como “o deputado” é necessário que ele apele para o contexto e para o co-texto. Ao interpelar o leitor dessa forma, a FSP reforça o efeito de co-presença que descrevemos anteriormente, gerando com isso a criação dos planos nos quais posiciona acusador-jornal-leitor.

O fato de ser designado a partir de seu cargo também reforça outros efeitos. Ao dizer “o deputado”, a FSP mobiliza uma série de enunciados presentes no interdiscurso (ORLANDI, 2005) que designam não apenas o papel do deputado, como aplica juízos de valor sobre os deputados no Brasil. Esse uso situa o escândalo como político, e reforça uma série de formações discursivas que se materializam ao se associar agentes do mundo político aos escândalos.

Os enunciados M6, M11 e M12 podem ser relacionados, pois há neles alguns elementos que complementam o que estamos falando até o momento. A Folha ao fazer o

histórico de atuação política de Jefferson, apaga sua posição de deputado. Deputado é deslocado para “petebista” e “militante da tropa de choque de Collor”. Isso deve ser tratado como um indício de que há uma defesa das denúncias que estão sendo feitas. É a materialização da contradição da FSP. Parece que a designação “o deputado” não se pretende afetada por uma memória discursiva (ORLANDI, 2005) negatizada, mas que ela mobilize sentidos de seriedade e de decoro parlamentar, que daria posição de autoridade ao acusador.

Dessa forma, ao mostrar que escândalos não são novidades na vida do deputado, a FSP o desloca para sua posição de político de partido, a fim de mostrar que essa sim é uma posição que tem de ser referenciada como negativa, e é somente como membro do partido que ele participou de escândalos anteriores. Esses enunciados silenciam o fato de que para ser deputado é necessário estar ligado a algum partido, assim como os enunciados que o tratam como “deputado” silenciam sua posição partidária. É somente em M12 que ambas as formações aparecem em um mesmo enunciado, mas deslocadas daquilo que estamos falando, já que nesse caso o partido aparece como ameaçado e ameaçando o deputado.

M13 e M14 merecem uma análise a parte. Em M13 ele é tratado como tendo sido levado a ocupar a posição de “pivô da pior crise política enfrentada por Lula”. Ao usar a locução verbal “(foi) levado” a FSP o coloca como vítima das circunstâncias e não como participante dos fatos que levaram ao escândalo. M14 é um efeito de pré-construído, ele é atravessado por um discurso de que o acusador deve temer por sua vida, já que suas denúncias vão afetar algumas pessoas, daí a “necessidade” de a FSP publicar a fala de que ele não teme pela sua segurança.

Em linhas gerais, pudemos perceber que os efeitos de sentido mobilizados para “o acusador” constroem posições para os elementos envolvidos na narração. A presença da FSP como instância mediadora entre denúncia e leitor é apagada, ao interpelar o leitor como testemunha a Folha se coloca na mesma posição do “acusador”. Há, além disso, uma tentativa

de legitimizar as denúncias a partir de sua posição política institucional (deputado) em contrapartida a sua posição no jogo das forças políticas (presidente do PTB).

Podemos passar agora para a análise das modalizações na descrição do escândalo. Essas serão úteis para percebermos como se inicia o desenrolar das ações que constroem os sentidos de “mensalão”. Além disso, a modalização verbal é reveladora de como o jornal se posiciona em relação aos eventos narrados.

4.3.2 – Sobre o Escândalo:

Apesar de este ser um bloco dedicado à análise das modalizações verbais que a FSP se utiliza na narração dos fatos, a estrutura sintática na qual esses verbos aparecem nos chamou a atenção. No processo de seleção de material, nos deparamos com uma série de recorrências na utilização do Discurso Indireto (D.I.). Percebemos a estrutura “Verbo dicendi + que + verbo”. Devido a essa ocorrência, que não aparece em “anões do orçamento”, teremos que buscar interpretar as modalizações dentro dessa estrutura no qual o D.I. é que estrutura a narrativa dos acontecimentos.

Na interpretação do discurso indireto, vamos nos atentar exatamente para os verbos introdutórios da fala, pois como afirma Maingueneau, “diferentemente do que acontece no discurso direto, é o sentido do verbo introdutor (...) que mostra haver um discurso relatado e não uma simples oração subordinada” (2008, p.150). Contudo, não nos deteremos apenas no verbo introdutor, a modalização do verbo utilizado na oração subordinada é um indício do posicionamento da FSP.

Portanto, ao analisarmos essa estrutura estamos tomando como pressuposto o fato de que “com o discurso indireto, o enunciador citante tem uma infinidade de maneiras de traduzir as falas citadas, pois não são as palavras exatas que são relatadas, mas sim o

conteúdo do pensamento”. (MAINGUENEAU, 2008, p.149) Podemos trazer esse aspecto para o nosso escopo teórico e afirmar que o D.I. é uma forma de retextualização, que desloca os sentidos da fala inicial e o faz circular pelas Formações Discursivas. Passemos aos enunciados.

M15: “Em entrevista exclusiva à Folha, o presidente do PTB **disse** que na base das dificuldades que o governo **enfrenta** no Congresso estão problemas com o chamado ‘mensalão’, uma mesada de R\$30mil que **seria distribuída** a congressistas aliados pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares.” (FSP: 06/06/2005)

M16: “**Segundo ele**, a cúpula do PTB **rejeitou** a oferta do ‘mensalão’, **feita** ainda em 2003,e, a partir de então, ele **denunciou** a prática a ministros e líderes do governo.” (FSP: 06/06/2005)

M17: “Jefferson **conta** que, em janeiro deste ano, **falou** com Lula. ‘Presidente, o Delúbio**vaibotar** uma dinamite na sua cadeira. Ele **continua dando** ‘mensalão’ aos deputados. ‘Que mensalão?’. Jefferson **explicou**. ‘O presidente **chorou**’ “ (FSP: 06/06/2005)

M19: “Jefferson **afirma** que **foi** ‘informando a todos do governo’ sobre a mesada a deputados paga por Delúbio e que Lula **chorou** ao saber do caso” (FSP: 06/06/2005)

M20: “Em sua entrevista à **Folha**, Roberto Jefferson **afirma** que **levou** a questão do ‘mensalão’ a vários ministros do governo Lula e ao próprio presidente” (FSP: 06/06/2005)

M21: “Ele **acredita** que a prática só **foi interrompida** após Lula ser informado por ele” (FSP: 06/06/2005)

M22: “No princípio de 2004, **liguei** para o ministro Walfrido [Mares Guia, Turismo, PTB] e **disse** que **precisava** relatar algo grave” (FSP: 06/06/2005)

M25: “**Me recordo** até que o Miro **deu** uma entrevista ao ‘Jornal do Brasil’ denunciando o ‘mensalão’ e depois **voltou** atrás” (FSP: 06/06/2005)

M28: “Lula **admite** que **sabia** das denúncias” (FSP: 07/06/2005)

M30: “Aldo **confirmou** que o presidente **encontrou-se** com Jefferson em março. **Admitiu** também que Lula **tomou conhecimento** da denúncia do deputado” (FSP: 07/06/2005)

M35: “Em sua primeira entrevista após **ser acusado** pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) de distribuir um ‘mensalão’ ao PL e ao PP em troca de apoio ao governo federal no Legislativo, o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, **afirmou** ontem que **está sendo** vítima de chantagem” (FSP: 09/06/2005)

M37: “O tesoureiro **afirmou** ter ouvido falar pela primeira vez no termo ‘mensalão’ no final do ano passado, após uma reportagem do ‘Jornal do Brasil’ (FSP: 09/06/2005)

M39: “Na gravação, obtida pela Folha, Marinho **reafirma** que integra um suposto grupo de prepostos do PTB nos correios, composto por ele, pelo ex-diretor de Administração Antônio Osório Menezes Batista e pelo ex-assessor-executivo dessa diretoria Fernando Godoy. O trio **teria** como padrinho político o deputado Jefferson e **arrecadaria** recursos para o PTB como resultado de negócios firmados pelos Correios” (FSP: 11/06/2005)

M41: “Depois de **anunciar** que só **voltaria** a falar na sindicância da Câmara e na CPI, o deputado Roberto Jefferson **decidiu** romper o silêncio e, na noite de sexta-feira, **revelou** novos detalhes sobre o ‘mensalão’, que **denunciara** em entrevista à Folha **publicada** na segunda. De acordo com o presidente do PTB, os recursos para alimentar esse esquema, que **consistiria** no pagamento de mesadas de R\$30mil, pelo PT, a deputados de outros partidos da base aliada, **vinham** de estatais e de empresas privadas. Dinheiro que, segundo ele, **chegava** a Brasília ‘em malas’ para ser distribuído em ação comandada pelo tesoureiro Petista, Delúbio Soares, com a ajuda de ‘operadores’ como o publicitário Marcos Valério e o líder do PP na Câmara, José Janene” (PP-PR) (FSP: 12/06/2005)

O fato de a FSP se utilizar na maior parte do tempo do D.I. reforça um aspecto já apontado quando falamos das designações acerca do acusador. Ao tornar as falas de Roberto Jefferson como suas, sem se escurar em aspas para criar um efeito de distanciamento, a Folha incorpora em seu texto o ponto de vista de acusador, excluindo as possibilidades contrárias.

Os tempos verbais predominantes nos enunciados são o presente do indicativo e o pretérito perfeito de indicativo. Esses tempos ao se inserirem em uma estrutura de D.I. criam dois planos de enunciação. O presente funciona como um dêitico temporal, ou seja, um elemento que marca e situa a enunciação em um determinado momento (MAINGUENEAU, 2008). O outro plano visa apresentar o desenrolar das situações, porém estas acontecem no passado e o uso do pretérito perfeito indica que a FSP toma esses fatos contados como uma verdade.

Os verbos dicendi utilizados na maior parte dos enunciados visam criar um efeito de relato fiel. Raramente a FSP vai apelar para o uso de um verbo que tendesse a gerar um efeito de revelação, ou de denúncia. Na verdade, esses efeitos não estão postos nos atos de fala, eles aparecem já na designação das matérias como partes de um escândalo.

Talvez, por isso há um uso constante de verbos que criam um efeito de neutralidade em relação ao discurso relatado. Os enunciados M15, M16, M17, M19, M20, M22 e M25 se utilizam do verbo “dizer”, “contar” ou “afirmar”, além da estrutura “segundo X”. Há algumas especificidades a serem destacadas. M22 e M25 são discursos indiretos dentro da entrevista concedida por Roberto Jefferson. O fato de isso acontecer é sintomático do que estamos notando na análise do mensalão, isto é, de que há uma equivalência de posições entre o acusador e a Folha.

Outro detalhe importante é que somente em M15 há o uso do futuro do pretérito do indicativo (“seria distribuída”). É um dos poucos momentos em que a FSP oscila em relação às denúncias e tenta se distanciar. Nos outros, conforme dissemos, o uso do pretérito perfeito mostra que a Folha toma os acontecimentos como verdadeiros.

M21, M28, M30, M35 e M37 são enunciados que mostram a reação dos envolvidos nas denúncias de Jefferson. Com exceção de M21 que é o único que coloca em suspenso a fala do acusador ao se utilizar do verbo “acreditar” (“Ele acredita que”), contudo essa suspeita

não se liga à fala de Jefferson, mas a suspensão ou não do pagamento da mesada. Ou seja, mesmo suspeitando ainda mantém-se o ponto de vista do acusador na FSP. M28, M30 são enunciados que apresentam a reação dos acusados, contudo a reação destes não indica uma ação contrária, mas somente uma admissão dos fatos. Estes servem para legitimar as denúncias, ao mostrar que até os acusados assumem o conhecimento do que está sendo dito.

Em M35 e M37 a Folha apresenta o principal acusado, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares. Suas falas são introduzidas sempre pelo verbo “afirmar”, o uso desse verbo em uma estrutura de D.I. é um sintoma de que a FSP afirmou algo antes, ou seja, ela parte de alguns pressupostos para levar o entrevistado a afirmar algo. Está claro que aqui o pressuposto é a denúncia de Roberto Jefferson no início de M35 e M37. No final de M35 o pressuposto é outro, nos parece que se trata de um discurso pré-construído de que ele faz (ou fez) as coisas por motivo de chantagem.

Os enunciados M39 e M41 são os únicos que aparecem modalizados por verbos no futuro do pretérito. Em M39 esta modalização está ligada a uma nova denúncia e a modalização serve para manter a FSP distante de qualquer afirmação. Contudo, toda a modalização é introduzida pelo verbo “reafirmar” no presente do indicativo, e o efeito de reafirmar é preponderante sobre o que vem relatado depois.

Já em M41 o uso do tempo verbal se liga a uma condição de Roberto Jefferson, a de que só “voltaria” a falar em determinada situação. Assim como em M39 o tempo modalizado é subordinado ao efeito construído pelo uso do verbo introdutor. O restante do enunciado é uma série de retomadas das denúncias, tendo como tempo predominante o pretérito perfeito, com uma ocorrência do “mais que perfeito”.

Podemos dizer então, que essa estrutura sintática utilizada pela FSP é reveladora da posição da FSP como acusadora, assumindo o ponto de vista de Roberto Jefferson,

incorporando-o em seus enunciados. O fato de ser acusadora vai se tornar presente em outras construções, como as que seguem.

M18: “Contei a Lula do ‘mensalão’, diz deputado” (FSP: 06/06/2005)

M23: “Me lembro de uma ocasião em que o Pedro Henry **tentou cooptar** dois deputados do PTB **oferecendo** a eles ‘mensalão’, que ele **recebia** de repasse do doutor Delúbio” (FSP: 06/06/2005)

M24: “Me **registro** inclusive de que, quando o Miro Teixeira, depois de ser ministro, **deixou** a liderança do governo na câmara, ele me **chamou e falou**: ‘Roberto, eu vou denunciar o ‘mensalão’.’” (FSP: 06/06/2005)

M26: “Toda a pressão que **recebi** neste governo, como presidente do PTB, por dinheiro, foi em função desse ‘mensalão’, que **contaminou** a base parlamentar” (FSP: 06/06/2005)

M27: “Essa paralisia **resulta** da maldição que é o mensalão” (FSP: 06/06/2005)

Esses enunciados vêm todos da entrevista dada por Roberto Jefferson. Esta entrevista foi a que desencadeou o escândalo do “mensalão”. Podemos perceber que aqui é Roberto Jefferson que fala diretamente e é ele que desenrola toda a narração dos eventos ocorridos. Ele introduz falas e delega voz a determinados personagens. Esse acontecimento é um sintoma de como a posição da FSP e a do acusador se confundem. Agora não é o discurso da Folha que incorpora o de Jefferson, mas é Jefferson que se torna praticamente um repórter do jornal.

Os verbos introdutórios de fala se mantêm no padrão de relato “objetivo”, ele se utiliza de verbos que constroem um efeito de neutralidade e distanciamento. Os verbos no passado também são todos ligados a um efeito de evidência, sendo todos conjugados no pretérito perfeito de indicativo. Esses fatos reforçam a nossa percepção da relação da Folha com o acusador. O bloco a ser analisado agora, mantém as mesmas percepções que estamos tendo, contudo eles se dedicam a apresentar exatamente a relação da FSP com os acusados.

M29: “A crise em que está enredado o governo Luiz Inácio Lula da Silva **chegou** ontem ao seu momento mais agudo, **provocado** pelo impacto da entrevista que o presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ), **concedeu** à Folha.” (FSP: 07/06/2005)

M31: “Lula também **evitou** declarações. **Procurou** manter seus compromissos pré-agendados, mas pela manhã, num evento em São Paulo, **fumou** duas cigarrilhas em meia hora” (FSP: 07/06/2005)

M32: “Tenso, Lula **toma** café forte e **fuma** duas cigarrilhas” (FSP: 07/06/2005)

M33: “Lula **voltou a exibir** inquietação no palco do ginásio do SESC: **sentado** ao lado do presidente da Caixa Econômica, **batia** os pés no chão. Brasília à espera” (FSP: 07/06/2005)

M34: “Para o público, no entanto, **se comportou** como se nada estivesse acontecendo” (FSP: 07/06/2005)

O fato da FSP assumir o ponto de vista do acusador afeta a maneira como ela situa as ações daqueles que são acusados. Podemos perceber nos enunciados acima que em nenhum momento os “acusados” agem, eles simplesmente reagem às denúncias. O tempo verbal preferido é o pretérito perfeito do indicativo e o presente do indicativo. Ambos criam efeitos de evidência.

No recorte acima os enunciados se referem a Lula, pode-se perceber que há a separação entre o Lula privado (M29, M31, M32 e M33) e o Lula público (M34). No âmbito privado Lula indica nervosismo ao fumar, bater pés e ao chegar no “momento mais agudo da crise”. O ato ilocutório predominante é o de reação, Lula não faz nada que desminta, ou que traga novos fatos, ele simplesmente reage. Mas, em público ele coloca sua “máscara” e mostra que está tudo bem.

Essa separação e esse efeito de reação só são possíveis a partir do momento em que Folha e “acusador” se situam no mesmo ponto de vista, na mesma posição. É essa posição que torna possível tratar Lula dessa forma. Essa descrição de Lula como alguém que não age é evidenciada na escolha dos verbos. Todos os verbos estão no pretérito perfeito do indicativo.

Podemos então afirmar que os tempos verbais utilizados evidenciam a posição da FSP como “acusador”. As suas descrições das denúncias criam efeitos de evidência que posiciona não apenas o leitor, mas também os envolvidos. Apesar da designação “mensalão” não aparecer aqui, podemos declinar que esse padrão de tratamento das denúncias como verdades evidentes será mantido quando se falar diretamente do “mensalão”. Dados esses pontos, podemos então partir para a parte final da análise, que já começou a se desenhar aqui, que trata das designações sobre os “acusados”.

4.3.3 – Sobre os “acusados”

Mantendo o instrumental analítico que estamos utilizando até o momento, passaremos agora para a análise das designações acerca dos “acusados” no escândalo do “mensalão”. Essa análise contribuirá para a percepção da posição da Folha acerca daqueles acusados. Esta questão apareceu no item anterior, mas a análise se deteve sobre as modalidades verbais. Este bloco analítico visa averiguar a forma da FSP nomear os envolvidos no escândalo.

No processo de separação e de coleta dos enunciados pudemos perceber que a designação de “acusado” recai sobre dois elementos interligados, mas que serão tratados separadamente: o primeiro acusado é o governo e seus agentes, o segundo é o tesoureiro do PT, Delúbio Soares. A nossa análise tratará deles em separado, apenas por uma questão de facilidade na visualização. No fim das contas, são dois agentes pertencentes a um mesmo lugar, a saber, a parcela do campo político ligado ao governo. Iniciaremos com os enunciados sobre o “governo”.

M42: “A crise decorrente das denúncias levou a um pedido de CPI que **o governo** pretendia enterrar nesta semana – agora, Jefferson diz que defende e quer investigação” (FSP: 06/06/2005)

M43: “**O PT**, no entender do deputado, ‘nos usa [aos partidos aliados] como uma amante e tem vergonha de aparecer conosco à luz do dia’” (FSP: 06/06/2005)

M44: “Eu tenho 23 anos de mandato. Nunca antes ouvi dizer que houvesse repasse mensal para deputados federais por **parte de membros do partido do governo**” (FSP: 06/06/2005)

M50: “Em discurso durante a abertura do 4º Fórum Global de Combate à Corrupção, ontem à noite em Brasília, **o presidente Luiz Inácio Lula da Silva** disse que, sem prejudicar ninguém, cortará ‘na própria carne’ se isso for necessário para combater a corrupção. Disse ainda que não irá acobertar ninguém e que tem uma ‘biografia a preservar’” (FSP: 08/06/2005)

M52: “**Acuado, governo** busca abafar crise” (FSP: 08/06/2005)

M53: “**Acuado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o PT** desencadearam ontem uma ofensiva para tentar reagir à crise política em diversas frentes” (FSP: 08/06/2005)

M55: “**A intenção do governo** é ‘sair das cordas’, afirmou um auxiliar do presidente, referindo-se ao instante no boxe em que um lutador está apanhando acuado” (FSP: 08/06/2005)

M56: “Mais: **Lula** foi convencido de que precisa se manifestar em tom duro e indignado a respeito das acusações de corrupção em seu governo” (FSP: 08/06/2005)

M57: “Segundo relato de ministros, **o presidente** demonstrou nos últimos dois dias consciência de que a crise poderia redundar, no limite, até na inviabilização do seu governo em apenas dois anos e cinco meses de gestão” (FSP: 08/06/2005)

M63: “**A tentativa do governo** de assumir os postos-chave da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios e assegurar o controle sobre seus trabalhos tumultuou ontem a primeira sessão da CPI, que terminou em impasse” (FSP: 10/06/2005)

M64: “**Os governistas**, no entanto, queriam escolher um nome domesticável da oposição para ocupar a presidência da CPI, o que não foi aceito por tucanos e pefelistas” (FSP: 10/06/2005)

M65: “Na 1ª sessão, **governistas agressivos**” (FSP: 10/06/2005)

Conforme falamos, esse primeiro bloco tem como núcleo nominal, do qual partirá as anáforas e as retextualizações, a palavra “governo”. A maior parte das anáforas observadas são associativas e possuem um caráter metonímico, ou seja, tomam uma parte pelo todo. Isso fica patente em M42, M43 e M44, nestes enunciados governo será retomado por “PT” e por “parte de membros do partido do governo”. Este segundo enunciado evidencia a relação que torna possível associar PT e Governo, já que PT é um dos partidos do governo. A questão em M44 reside no silenciamento que a FSP faz do fato de que o PT não é o único partido governista.

Em M50 a figura do presidente Lula aparece. Lula e governo serão retomados em M52, M53, M55, M56 e M57. O enunciado M53 é metonímico de M52, neles Lula e governo são tratados como uma e mesma coisa. Lula e o governo estão acuados. O fato de estar acuado repercute nas demais designações em metáforas como “tirar o governo das cordas” (M55). Este fato aparece mais claro em M56 e M57 quando fala-se diretamente das atitudes de Lula. Novamente, as falas da FSP apresentam uma figura que não age, somente reage, pela incidência da voz passiva.

O presidente é “convencido” por outros ou “demonstra consciência”, da qual o jornal já é portador, dos últimos acontecimentos. A imagem do presidente é formada como a de uma marionete sem vontade própria e controlada pelos setores do seu partido. Com essa designação a FSP tenta aproximar ainda mais o escândalo de Lula, apresentando Lula como alguém passivo e sem vontade própria, a FSP tenta torná-lo um cúmplice direto do “mensalão”.

A partir de M63 os enunciados não tratam o governo a partir de sua atuação dentro do Congresso Nacional. É nesse momento que vai aparecer o substantivo “governistas”. Essa retomada de membros da base aliada do governo por “governistas” não

vem sozinha, ela é acompanhada pelo adjetivo “agressivo” (M65 e M66). Essa forma de designação é útil na forma de posicionar os elementos envolvidos na investigação.

Ao chamar os membros da comissão ligados ao governo de “governistas” a FSP liga a eles os sentidos que vem construindo para “governo”. Ou seja, tenta aproximar esses membros das denúncias que afetam o governo e o colocam com uma valoração negativa. Há um contraste, enquanto o governo está acuado e temeroso, os governistas são “agressivos”. Mas a agressividade não se liga à apuração das denúncias, mas na tentativa de evitar com que estas venham à tona.

Nesse ponto, ao falar-se de “governistas”, cria-se exatamente os “não governistas”, chamados “oposicionistas”. Há então a luta entre dois setores do Congresso, aqueles que querem a “verdade” (oposição) os que não a querem (governo). Esses sentidos são construídos nas designações da FSP. Essa forma de designar a luta interna do Congresso é afetada pela posição de acusador do jornal, e com isso ela tende a levar mais em conta as posições anti-governo. Essas mesmas posições atravessam as designações acerca de Delúbio Soares.

M45: “**Delúbio** tem pretensão eleitoral” (FSP: 06/06/2005)

M46: “**Petista** já protagonizou episódios ruidosos” (FSP: 06/06/2005)

M47: “**Responsável por uma arrecadação que superou R\$ 48 milhões no ano passado, Delúbio Soares**, 49, já disse à Folha que pretende concorrer ao Governo de Goiás ou à vaga de deputado pelo estado em 2006” (FSP: 06/06/2005)

M48: “**O professor de matemática** é figura constante em reuniões políticas e, desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, protagonizou episódios ruidosos” (FSP: 06/06/2005)

M49: “Vinte e quatro dias depois da primeira denúncia sobre a existência de um esquema de corrupção nos Correios, mais de duas semanas após o surgimento de indícios apontando que o IRB (Instituto de Resseguros do Brasil) também funcionava como instrumento de achaque em benefício de políticos, dois dias depois que o presidente do PTB, Roberto Jefferson, disse, em entrevista à Folha, que **o tesoureiro do PT, Delúbio Soares**, distribuía uma mesada de R\$30mil **a parlamentares da base aliada** – após tudo isso, e ao se ver mergulhado em sua mais grave crise, **o governo** decidiu enfim reagir” (FSP: 08/06/2005)

M51: “**Delúbio** – um personagem que não apenas pertence à **cúpula do PT** como também **transita de maneira desimpedida pelo Palácio do Planalto**” (FSP: 08/06/2005)

M54: “O pacote de medidas tem o objetivo de sanar ou minimizar a crise política crônica que se agravou profundamente desde a publicação anteontem da entrevista à Folha do presidente do PTB, Roberto Jefferson, que relatou que **Delúbio Soares** teria organizado esquema de R\$30mil para **deputados do PP e PL** em troca de apoio ao governo” (FSP: 08/06/2005)

M58: “Evitando citar o nome do petebista, **Delúbio** afirmou seis vezes que o **PT** ‘não compra votos nem apoio’” (FSP: 09/06/2005)

M59: “Sobre o ‘corte na própria carne’ defendido por **Lula** e ficar comprovado o envolvimento de algum filiado em esquema irregular, **Delúbio** disse concordar” (FSP: 09/06/2005)

M60: “**Petista** repassa a Genoino algumas perguntas, como a feita sobre **sua** permanência no cargo” (FSP: 09/06/2005)

M61: “Em entrevista, **tesoureiro** não aceita réplica” (FSP: 09/06/2005)

M62: “**Vestido com um terno preto, gravata vermelha e broche do PT no peito, Delúbio Soares** surgiu para a entrevista coletiva, do diretório do partido em São Paulo, **escoltado** pelo presidente nacional da sigla, José Genoino, pela mulher Monica Valente e por dezenas de dirigentes petistas” (FSP: 09/06/2005)

As retomadas do nome de Delúbio Soares servem para o posicionar em relação ao governo, ao ser situado dessa forma, a FSP liga os sentidos do escândalo, do qual ele é um dos principais personagens, ao governo. Colocando Delúbio, PT e governo em equivalência.

As principais anáforas ligadas a Delúbio estão relacionadas diretamente com PT, tais como “petista” e “ex-tesoureiro do PT”. Elas aparecem em M46, M49 e M60 de forma direta e em M51, M58 e M62 de forma indireta. A maior parte das designações está ligada à narração de algum tipo de fato tomado como negativo, como o aumento de arrecadação do PT em M47. Em apenas um momento (M48) ele é tratado dentro de sua posição técnica, no restante os sentidos negativos construídos para ele são ligados a todo o governo.

O enunciado M62 é o mais emblemático na descrição da imagem que a FSP faz de Delúbio. A descrição da cena da entrada de Delúbio na sala onde concederia entrevista coletiva é a manifestação da posição de acusador assumida pela FSP. Ao se utilizar do verbo “escoltar” para mostrar como ele chegou ao local, ela se utiliza de uma memória que acompanha essa palavra. Somente dois tipos de pessoas são escoltadas: autoridades ou presidiários. Ao descrever a roupa de Delúbio (“terno preto e broche do PT”), a FSP torna presente a tensão (uso do preto, mais a escolta) e o fato de que Delúbio e PT são a mesma coisa.

Podemos dizer então, que as designações acerca dos acusados recaem em sua quase totalidade no governo e seus agentes. Os sentidos construídos pela FSP tornam a posição de governo negativa, isto é, como aquele que impede que a verdade venha à tona. Por isso, tudo que aparece ligado ao governo, ou ao PT (que aqui são a mesma coisa) tem de ser tratado, no mínimo, como suspeito.

Enfim, numa abordagem comparativa das coberturas dos dois escândalos, que semelhanças e que divergência se evidenciaram? É possível constatar padrões, mesmo com episódios separados por duas décadas?

5- Considerações Finais

Tentamos, por meio das discussões teóricas e dos procedimentos analíticos aqui adotados dar conta do funcionamento e da construção do escândalo político midiático. As análises empreendidas até aqui tentaram de alguma forma dar conta de como a FSP se posiciona em relação aos escândalos e seus envolvidos. Para isso, nos utilizamos de instrumental da Linguística textual associado à Análise de Discurso, a fim de apresentar um quadro mais específico e rigoroso para nossas conclusões.

Sobre o escândalo dos “anões do orçamento” podemos concluir que não há uma posição fixa da FSP na descrição do evento, mas isso não impede de que apontemos tendências da cobertura na produção de determinados efeitos de sentido. Existem alguns pontos que podemos apontar.

Se relacionarmos os enunciados sobre o “acusador” e a descrição das ações que levam ao escândalo veremos que há uma convergência que leva a FSP a assumir a posição de acusador. Podemos dizer, que à medida que o acusador vai se apagando e se tornando um elemento externo à política, mais o ponto de vista da Folha vai se aproximando, até ela se tornar um dos acusadores.

Quanto aos “acusados” esse processo se assemelha: a aproximação do jornal com o acusador faz com que os enunciados sobre os acusados atinjam elementos cada vez mais

específicos do cenário político. Há uma inversão nas designações entre “acusador” e “acusado”. O “acusador” começa sendo tratado como suspeito e louco, imagens que vão aos poucos se descolando dele. Ao mesmo tempo o “acusado” que inicialmente é tratado como deputado, é ouvido sobre o assunto, vai se tornando o louco e suspeito. Podemos dizer que a posição da FSP é mais próxima do acusador que dos políticos acusados.

Um dos elementos que pudemos notar foi o uso dos verbos ilucutórios para produzir um efeito de “denúncia” que reforça a descrição do evento como escândalo, no qual há elementos a serem revelados. Esse escândalo que afeta os políticos como agentes pessoais ou partidários, mas de alguma forma não associados à instituição Congresso. Essa é a contradição sustentada pela Folha. Ela trata dos envolvidos, levando pouco em conta o aspecto institucional do Congresso. Este é preservado, na verdade a instituição Congresso aparece como a única que pode reagir ao mal feito pelos políticos, ao menos inicialmente.

Há uma tendência, que só pode ser confirmada em uma análise com recortes posteriores ao que utilizamos, de designar o Congresso como um campo de batalha. Há indícios que isso pode acontecer, sobretudo quando a cobertura se dedica a acompanhar os passos da CPMI do orçamento.

Em nossa análise sobre a posição da FSP em relação ao mensalão pudemos extrair alguns indícios. Observa-se que em não há oscilação da posição de acusador da FSP em nenhum momento. Essa posição permeia todos enunciados produzidos pelo jornal.

Toda a construção do evento é feita pelo ponto de vista do acusador. A fala dos acusados é retextualizada pela posição da FSP. O Congresso é tratado como ambiente de guerra no qual há bons (oposição) e maus (governistas). O uso dos verbos é sintomático na maneira como a Folha não oscila em sua posição, forte uso do Pretérito Perfeito do Indicativo o que atesta um não distanciamento na narração dos eventos.

Existe uma formação discursiva que afeta esses dizeres. Esta formação estaria ligada àqueles que chamaremos de “inimigos da verdade”, ou seja, todos aqueles que tentam dar uma versão diferente daquela apresentada pelo jornal serão situados nessa posição sujeito. Em contrapartida ela se situaria numa posição de defensora ou reveladora da verdade.

Há alguns contrastes a serem feitos em relação aos “anões”. No primeiro escândalo, a posição da FSP será construída aos poucos, e se ligará ao do “acusador”, enquanto no “mensalão” a posição de acusador é mantida desde o início. Isso talvez possa ser explicado pela relação de forças da FSP com o governo em cada época, mas esta não seria uma conclusão peremptória.

Um ponto de afastamento entre os dois está na relação do jornal com o Congresso. Enquanto nos “anões” a instituição é preservada (fazendo com que os acusados sejam tratados como um grupo interno que age independente do Congresso), no “mensalão” o Congresso é a arena de lutas entre “oposição” e “governistas”, um duelo que é parte de um jogo de luz e sombra.

Conseguimos averiguar alguns elementos que elencamos teoricamente: há uma forte tendência de personalização da cobertura, sobretudo quando esta se dedica a narrar os atos dos acusados. Há, também, uma polarização de personagens que forma uma espécie de luta entre “bem” e “mal”, o primeiro se ligando àqueles que acusam e o segundo aos acusados. Isso reforça um efeito de dramatização que torna o “Escândalo” algo a se acompanhar no dia a dia da cobertura.

Há um ponto que não encontramos na macro-estrutura. Aquilo que Thompson (2000) chamou da posição de *não-participante* (que nós relacionamos à posição da mídia) não foi totalmente confirmado, pois, ao assumir a posição de acusador no jogo do escândalo, o jornal deixa de ser um espectador que narra os acontecimentos e passa a ser parte interessada do desenrolar dos fatos. Essa posição é parcialmente mostrada, ela gera o efeito de

apagamento das fronteiras entre jornal e público, é o que chamamos no segundo capítulo de efeito de “opinião-pública”. Isso reforça a memória discursiva do jornalista como aquele que traz à tona a verdade do poder (CAVALCANTI, 2006), sem porém ser parte dele, já que seus interesses e dilemas éticos são os mesmos que os dos cidadãos-leitores.

Enfim, podemos dizer que há um padrão de cobertura que leva a uma convergência entre as posições da FSP em “anões” e em “mensalão”. Estas convergências levam à construção do que estamos chamando de “efeito escândalo”.

Este efeito de sentido é construído a partir de três elementos (que apareceram em nossa análise): 1 – A equivalência da posição de “acusador” entre acusadores e jornal, gerando o apagamento da mediação de jornal e público; 2 – O uso recorrente do pretérito perfeito do indicativo na descrição das ações ocorridas, estes que dão o efeito de veracidade à narração e 3 – A designação da página como “escândalo”, ligando à narração toda uma memória discursiva de dizeres sobre o que é um escândalo.

Esses efeitos têm como base a posição de “acusador”, pois é somente falando como acusador que a FSP pode produzir o “efeito escândalo”. Essa posição, porém, não é construída a partir de um vazio: ela é atravessada por toda a memória discursiva que permite a produção desses dizeres, ou seja, todo o discurso de autolegitimação que permeia o exercício da profissão, o discurso do revelador (CAVALCANTI, 2006) e do defensor da ordem (MARIANI, 1996).

Podemos dizer, portanto, que a percepção criada na cobertura dos escândalos é a de que a mídia – pelo menos nas narrativas que constrói sobre si mesma – é a manifestação da opinião pública contra os abusos do poder. A ideologia, que é uma marca de origem do campo do jornalismo, constitui um atravessamento que se faz sempre presente na construção do “efeito escândalo”.

6- Bibliografia

ADAM, Jean-Michel. **A Linguística Textual – Introdução à Análise Textual dos Discursos**. Rio de Janeiro-RJ: Cortez Editora, 2008

ALDÉ, Alessandra. **A Construção da Política: Cidadão Comum, Mídia e Atitude Política**. Rio de Janeiro-RJ: Tese de Doutorado apresentada no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. IUPERJ, 2001.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A Construção da Notícia**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2009.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **As não-coincidências do dizer e sua representação metaenunciativa - Estudo linguístico e discursivo da modalização autonímica**. In. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAVALCANTI, Jauranice Rodrigues. **No “mundo dos jornalistas”: interdiscursividade, identidade, ethos e gêneros**. Campinas-SP: Tese de doutorado apresentada no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Unicamp. 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo-SP: Editora Contexto, 2010

CORREIA, João Carlos. **Jornalismo e Espaço Público**. Covilhã-Portugal: Serviços Gráficos da Universidade de Beira Interior, 1998.

FILHO, Clóvis de Barros *et* MARTINO, Luis Mauro Sá. **O *Habitus* na Comunicação**. São Paulo-SP: Editora Paulus, 2003

GOMES, Wilson. **Transformações da Política na Era da Comunicação de Massa**. São Paulo-SP: Editora Paulus, 2004

GOMES, Wilson *et* MAIA, Rousiley C.M. **Comunicação e Democracia: Problemas e Perspectivas**. São Paulo-SP: Paulus Editora, 2008

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento: Um Estudo Enunciativo da Designação**. Campinas-SP: Pontes Editores, 2002.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações quanto a uma Categoria da Sociedade Burguesa**. Rio de Janeiro-RJ: Editora Tempo Brasileiro, 2003.

KRIEG-PLANQUE, Alice. **A Noção de “Fórmula” em Análise de Discurso: Quadro Teórico e Metodológico**. São Paulo-SP: Parábola Editorial, 2010.

LIMA, Regina. **Vozes em Cena: Análise das Estratégias Discursivas da Mídia sobre os Escândalos Políticos**. Belém-PA: Fadesp, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. Rio de Janeiro-RJ: Cortez Editora, 2008)

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **O Comunismo Imaginário: Práticas Discursivas da Imprensa sobre o PCB (1922-1989)**. Campinas-SP: Tese de Doutorado apresentada no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Unicamp, 1996.

MIGUEL, Luis Felipe. **Os Meios de Comunicação e a Prática Política**. In. *Revista Lua Nova* n° 55-56, p.155-184. 2002

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas-SP: Pontes Editores, 2005.

OSAKABE, Haqira. **Argumentação e Discurso Político**. São Paulo-SP: Kairós Livraria e Editora, 1979

SCHUDSON, Michael. **Descobrendo a Notícia: Uma História Social dos Jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2010.

THOMPSON, John B. **O Escândalo Político: Poder e Visibilidade na Era da Mídia**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2000

WEBER, Max. **A Política como vocação**. In. *Ciência e política. Duas vocações*. São Paulo: Editora Cultrix. 2000.

Sites:

Acervo do jornal *Folha de São Paulo* disponível em: <http://acervo.folha.com.br/>

